

São Paulo, 15 de dezembro de 2020.

Ao

Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio)

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 1/2020, destinada à CONCESSÃO para revitalização, modernização, operação, manutenção e gestão de Áreas dos PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA SERRA E SERRA GERAL.

TERMO DE ABERTURA

CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A., neste ato representada por **ROBERTO RIBEIRO CAPOBIANCO**, abaixo assinado, declara que esta pasta contendo os PROPOSTA ECONÔMICA contém 014 folhas, numeradas sequencialmente de 001 a 014.




CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A.

Francisco Campos Junior

RG 16.688.283-5 SSP/SP

CPF 075.373.478-83



CONSTRUCAP

ESCRITÓRIO CENTRAL: AV. DRA. RUTH CARDOSO, 8.501 - 32º ANDAR - CEP 05425-070
PINHEIROS - SÃO PAULO - SP - FONE (11) 3017-8000 - FAX (11) 3258-1047



CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ECONÔMICA

São Paulo, 11 de dezembro de 2020.

À

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio)

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 1/2020, destinada à **CONCESSÃO** para revitalização, modernização, operação, manutenção e gestão de Áreas dos **PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA SERRA E SERRA GERAL**.

PROPOSTA ECONÔMICA

Prezados Senhores,

1. Em atendimento ao disposto no EDITAL da CONCORRÊNCIA N.º 1/2020, destinada à **CONCESSÃO** para revitalização, modernização, operação, manutenção e gestão de Áreas dos **PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA SERRA E SERRA GERAL**, apresentamos, a seguir, nossa **PROPOSTA ECONÔMICA**.

2. Propomos, a título de **OUTORGA FIXA** devida ao **PODER CONCEDENTE**, conforme definido no EDITAL e no CONTRATO, o valor de **R\$ 20.500.100,00 (vinte milhões, quinhentos mil e cem reais)** na data-base de 15 de dezembro de 2020, valor este que considera:

a) todos os **INVESTIMENTOS, SERVIÇOS**, tributos, custos e despesas necessários para a execução do objeto da **CONCESSÃO**, observado o cronograma de realização dos **INVESTIMENTOS** e suas especificações, bem como os requisitos mínimos dos **SERVIÇOS**, constantes do **ANEXO I - PROJETO BÁSICO**;

b) os riscos a serem assumidos pelo **CONCESSIONÁRIO** no âmbito da execução dos **SERVIÇOS** e realização dos **INVESTIMENTOS** que compõem a **CONCESSÃO**;

c) o prazo da **CONCESSÃO**, qual seja, 30 (trinta) anos;

d) o obrigatório compartilhamento, com o **PODER CONCEDENTE**, do percentual de 1,6% (um vírgula seis por cento) até 2,6% (dois inteiros e seis décimos por cento) das **RECEITAS DOS PARQUES (OUTORGA VARIÁVEL)**, fixado no CONTRATO e em seus ANEXOS;

e) a reversibilidade dos bens da **CONCESSÃO**, observadas as condições fixadas no CONTRATO; e

f) as demais obrigações constantes do EDITAL, do CONTRATO e dos ANEXOS.

3. Declaramos, expressamente, que:

a) Manteremos válida esta **PROPOSTA ECONÔMICA** pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da **DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS**;



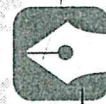
- b) Concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação estabelecidas no EDITAL e seus ANEXOS, notadamente na MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO acostada ao ANEXO III do EDITAL;
- c) Confirmamos que temos pleno conhecimento das Áreas para a execução dos SERVIÇOS no âmbito dos PARQUES que compõem a presente CONCESSÃO, bem como de todas as condições para a sua adequada execução, conforme o ANEXO I - PROJETO BÁSICO a ser apresentado ao PODER CONCEDENTE, conforme EDITAL;
- d) Assumimos, desde já, a integral responsabilidade pela realização de todos os INVESTIMENTOS e prestação de todos os SERVIÇOS que compõem o objeto da CONCESSÃO, em conformidade com o EDITAL, com o CONTRATO e seus ANEXOS, bem como com a legislação aplicável;
- e) A PROPOSTA ECONÔMICA ora apresentada foi elaborada de maneira independente pelo LICITANTE, e seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outra participante potencial ou de fato da LICITAÇÃO, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- f) A intenção de apresentar a presente PROPOSTA ECONÔMICA não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outra participante potencial ou de fato da LICITAÇÃO, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- g) Não tentamos, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outra participante potencial ou de fato da LICITAÇÃO quanto a participar ou não do referido certame;
- h) O conteúdo da PROPOSTA ECONÔMICA ora apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outra participante potencial ou de fato da LICITAÇÃO antes da ADJUDICAÇÃO do objeto da CONCESSÃO;
- i) O conteúdo da PROPOSTA ECONÔMICA ora apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Administração Pública Federal antes da abertura oficial das PROPOSTAS ECONÔMICAS; e
- j) Cumprimos integralmente todas as obrigações e requisitos contidos no EDITAL.

CARTÓRIO
DE NOTAS

CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A.
Roberto Ribeiro Capobianco
RG Nº 7.611.632-3 / SSP-SP
CPF Nº 033.785.768-71

**CONSTRUCAP**ESCRITÓRIO CENTRAL: AV. DRA. RUTH CARDOSO, 8.501 - 32º ANDAR - CEP 05425-070
PINHEIROS - SÃO PAULO - SP - FONE (11) 3017-8000 - FAX (11) 3258-1047

9º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO
PAULO ROBERTO FERNANDES



LIVRO: 11.189-

FLS.: 099-

= LIVRO Nº 11.189 - PÁG. Nº 099 - C.L - PRIMEIRO TRASLADO =

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ:- CONSTRUCAP - CCPS - ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A.-

Consca490

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem, que aos doze (12) dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte (2020), nesta cidade de São Paulo, Capital, na sede da outorgante, onde em diligência a chamado vim, e aí perante mim Escrevente, compareceu como OUTORGANTE: - **CONSTRUCAP - CCPS - ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A**, inscrita no CNPJ sob nº 61.584.223/0001-38, com seu estatuto social consolidado datado de 18/05/2018, registrado na JUCESP sob nº 253.327/18-0, aos 28/05/2018, que fica arquivado neste Tabelião sob nº 2477/2019, com sede à Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, 32º andar, nesta Capital, neste ato representada nos termos do Artigo 16º, § quarto do referido Estatuto, por seu Diretor:- **ROBERTO RIBEIRO CAPOBIANCO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG 7.611.632 SSP/SP e CPF/MF 033.785.768/71, residente e domiciliado nesta Capital, com o mesmo endereço comercial da outorgante, eleito pela Reunião do Conselho de Administração realizada aos 22/05/2018, registrada na JUCESP sob nº 302.094/18-0, aos 25/06/2018, que fica arquivada neste Tabelião sob nº 1328/2018; o qual declara sob responsabilidade civil e criminal não ter ocorrido mudança na representação da outorgante; o presente capaz, face à documentação apresentada, foi identificado por mim Escrevente, do que dou fé. E pela OUTORGANTE na forma representada, me foi dito que por este público instrumento e nos termos de direito, nomeia e constitui seu bastante procurador: **FRANCISCO CAMPOS JÚNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG 16.688.283/5 SSP/SP e CPF/MF 075.373.478/83 e registrado no CREA-SP 5062732490, com endereço profissional na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, 32º andar, nesta Capital; a quem confere poderes para representá-la nas assinaturas de Termos/ Compromissos de Constituição de Consórcio, documentos de habilitação, propostas técnicas e/ou propostas de preço junto as repartições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, Autarquias, sociedades de economia mista e outras, bem como junto a quaisquer empresas particulares, não podendo substabelecer. O OUTORGADO deverá atuar observando a legislação em vigor, bem como os procedimentos internos e o Programa de Integridade da OUTORGANTE, estando ciente da responsabilidade civil e criminal decorrente de eventual atuação em descumprimento aos mesmos. **A PRESENTE PROCURAÇÃO É VALIDA PELO PRAZO DE UM (01) ANO A PARTIR DESTA DATA.** Assim o disseram, do que dou fé, me pediram e eu lhes dei o presente instrumento, que



10202602038053.001424392-2



R Marconi 124 Andar 1 Ao 6 República - São Paulo - SP
Fax: 11-2174-6858 Fone: 11-2174-6872

COLEÇÃO NACIONAL
SÃO PAULO - SP
11-2174-6858 Fone: 11-2174-6872
CUSTAS: RS 3,00

AUTENTICAÇÃO
AU1024AG0611214

9º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO
PAULO ROBERTO FERNANDES



005

LIVRO: 11.153-

FLS.: 103-

Consca477

= LIVRO Nº 11.153 - PÁG. Nº 103 - AM - PRIMEIRO TRASLADO =

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ:- CONSTRUCAP - CCPS - ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A.-

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem, que aos dezesseis (16) dias do mês de julho do ano dois mil e vinte (2020), nesta cidade de São Paulo, Capital, na sede da outorgante, onde em diligência a chamado vim, e aí perante mim Escrevente, compareceu como OUTORGANTE: - **CONSTRUCAP - CCPS - ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A**, inscrita no CNPJ sob nº 61.584.223/0001-38, com seu estatuto social consolidado datado de 18/05/2018, registrado na JUCESP sob nº 253.327/18-0, aos 28/05/2018, que fica arquivado neste Tabelião sob nº 2477/2019, com sede à Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, 32º andar, nesta Capital, neste ato representada nos termos do Artigo 16º, § quarto do referido Estatuto, por seu Diretor: **ROBERTO RIBEIRO CAPOBIANCO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG 7.611.632 SSP/SP e CPF/MF 033.785.768/71, residente e domiciliado nesta Capital, com o mesmo endereço comercial da outorgante, eleito pela Reunião do Conselho de Administração realizada aos 22/05/2018, registrada na JUCESP sob nº 302.094/18-0, aos 25/06/2018, que fica arquivada neste Tabelião sob nº 1328/2018; o qual declara sob responsabilidade civil e criminal não ter ocorrido mudança na representação da outorgante; o presente capaz, face à documentação apresentada, foi identificado por mim Escrevente, do que dou fé. E pela OUTORGANTE na forma representada, me foi dito que por este público instrumento e nos termos de direito, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **ERICA ROSSIGNOLI**, brasileira, solteira, analista de concorrência, portadora da cédula de identidade RG 33.974.499/6 SSP/SP e CPF/MF 301.578.998/88, residente e domiciliada à República do Peru, 75, aptº. 72, Ponta da Praia, em Santos, neste Estado de São Paulo e **FRANCISCO CAMPOS JUNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG 16.688.283-5 SSP/SP, CREA-SP 5062732490 e CPF/MF 075.373.478-83; residente e domiciliado à Rua Howard Archibaldi Acheson Junior, 250, Casa 53; Cotia, neste Estado de São Paulo; aos quais confere poderes para, **AGINDO ISOLADAMENTE, INDEPENDENTEMENTE DA ORDEM DE NOMEAÇÃO**, praticar os seguintes atos, em nome da outorgante: junto as repartições Pública Federais, Estaduais e Municipais, Autarquias, sociedades de economia mista e outras, bem como junto a quaisquer particulares, representar a empresa em concorrências públicas, tomadas de preços e convites, podendo entregar as propostas, pedir e dar esclarecimentos, declinar ou não o direito de recursos em qualquer fase da licitação. OS OUTORGADOS deverão atuar observando a legislação em vigor, bem como os procedimentos internos e o Programa de Integridade da OUTORGANTE, estando cientes da responsabilidade civil e criminal



10202602030826.001409481-1



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones at the bottom.

CNPJ/MF nº 61.584.223/0001-38 - NIRE 35.300.053-005

Vista Realizada em 18 de Maio de 2018

Foto: Jucesp - Jornal, sempre que o interesse da Sociedade assim exigir, por convocação do seu Presidente ou pelo Conselho Fiscal.

O Edital para os conselheiros deve constar da convocação local, dia e hora da reunião, bem como a arte comunicar contendo Em se tra Todas as Terceiro, Por escrito brozados p meios Consil segunt milida r forma c todos o do destinado a produzir efeitos perante os requisitos legais. Artigo 12. Compete ao Conselho no estabelecido em lei e neste Estatuto Social:

a) Estabelecer a orientação geral dos negócios e destituir Diretor eleito pela Assembleia Geral; n) Deliberar sobre os planos comerciais e orçamentos anuais elaborados pela Diretoria; d) Fiscalizar o gerenciamento das atividades administrativas da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, assim como a respeito de quaisquer atos que tenham sido ou estejam para ser praticados; e) Convocar a Assembleia Geral, na forma do Artigo 13, Letra (a), desta Lei; f) Submeter à aprovação dos acionistas, em assembleia geral, após tê-los examinados, à luz do parecer dos auditores independentes, e sobre eles se manifestado por escrito, as contas dos administradores a suas demonstrações financeiras, bem como a proposta de destinação do lucro líquido e de distribuição de dividendos; g) Recomendar modificações na política de Governança Corporativa implementada pela Diretoria; h) Autorizar a Diretoria a praticar as ações abaixo indicadas no caso em que estas não estejam previstas no orçamento anual da Companhia previamente aprovado pelo Conselho de Administração;

h.1) Assinar contratos de empréstimo ou financiamento, ou contratos semelhantes a estes, dos quais resulte dívida gravame de qualquer natureza sobre os bens do ativo permanente da Companhia, em valores superiores a cinco milhões (cinco milhões de reais); h.2) Praticar atos de associação envolvendo a Sociedade ou suas Controladas, inclusive sobre a participação em acordos de acionistas referentes a essas associações, exceto em consórcios para participação em obras; h.3) Comprar, prometer comprar ou adquirir o prometor adquirir, em nome da Companhia, ou ainda vender, transferir ou alienar, bens imóveis de valor superior a R\$ 500.000,00; h.5) Comprar, prometer comprar ou adquirir o prometor adquirir, em nome da Companhia, bens móveis em valores superiores a R\$ 15 milhões (quinze milhões de reais); i) Fixar a remuneração de cada um de seus membros, até o montante global fixado pela Assembleia Geral, observada a regra de que o Conselheiro eleito Diretor fará jus tão somente aos honorários concedidos aos Diretores além de pagamento nos lucros; j) Opinar sobre a proposta de declaração e balanço financeiro semestral ou relativo a períodos menores, levantados pela Diretoria; k) Autorizar a criação ou extinção de filiais, sucursais, escritórios ou unidades no exterior; l) Aprovar alterações nas estatuições da Companhia, incluindo a alteração do código de conduta da Companhia, elaborado pela Diretoria; m) Aprovar, atualizar ou alterar o seu próprio regulamento interno; n) Esquiecer ou destituir os auditores independentes; e o) Desempenhar quaisquer outras funções ou deliberar sobre quaisquer outros assuntos que não sejam de competência dos acionistas ou da Diretoria, tal como definido no presente Estatuto e expressamente na Lei nº 6.404/76, e que sejam inerentes à sua função.

Artigo 13. Compete ao Presidente do Conselho:

a) Convocar as Assembleias Gerais, fixando a respectiva ordem do dia; b) Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; e c) Dar andamento às deliberações do Conselho de Administração, cumprindo-as e/ou fazendo-se cumprir. Seção II. Diretoria. Artigo 14. A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de 02 (dois) membros, acionistas ou não, residentes no País, com mandato de 03 (três) anos, eleitos pelo Conselho de Administração, podendo ser reeleitos, sendo um Presidente e um Vice-Presidente, ambos titulares do cargo de Diretor, exercendo o cargo de Diretor presidente da prestação de caução. Parágrafo Segundo. Os membros da Diretoria permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos diretores eleitos, estendendo-se o prazo de gestão até o qual ocorra. Artigo 15. Compete à Diretoria distribuir entre os seus membros, conforme critérios definidos pela própria Diretoria, o montante global fixado pela Assembleia Geral, sendo certo que, além dos honorários mensais, os membros da diretoria terão, individualmente, direito a participação nos lucros líquidos da Companhia. Artigo 16. Compete à Diretoria executar e fazer observar os presentes estatutos e as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração, praticando atos inerentes às suas atividades ordinárias. Parágrafo Primeiro. Os seguintes atos poderão ser praticados exclusivamente pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Vice Presidente, individualmente: a) administração ampla e geral dos negócios sociais; b) representar, na forma da Lei, a Sociedade, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, bem como para interposição de recursos e demais procedimentos judiciais e extrajudiciais, praticando todos os atos necessários para bem conduzir os negócios da Sociedade, que não sejam privativos da Assembleia Geral; c) dirigir o Conselho de Administração; d) convocar as Assembleias Gerais na omissão do Presidente do Conselho de Administração quando solicitadas por qualquer dos Diretores; e) o limite de suas atribuições e poderes, constituir, em nome da Sociedade, mandatários e procuradores com poderes especiais, revogando-os quando julgarem conveniente; f) admitir e demitir empregados e contratar representantes fixando-lhes a remuneração; g) elaborar as normas básicas de estruturas administrativas; h) comprar, prometer comprar ou adquirir o prometor adquirir, ceder, transferir, alienar, penhorar, gravar, onerar ou vender bens móveis do patrimônio da Sociedade, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); e i) criar ou extinguir filiais, sucursais, escritórios e representações no País. Parágrafo Segundo. Os seguintes atos somente poderão ser praticados em conjunto pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Vice Presidente: a) adquirir, transferir, alienar, hipotecar, penhorar, gravar, onerar ou vender bens imóveis do patrimônio da sociedade, até o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) sob a condição de crédito que entender úteis à Sociedade, observado, porém, o limite individual de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), e, acima disto, mediante autorização do Conselho de Administração; c) constituir ônus reais ou gravames de qualquer natureza sobre os bens do ativo permanente da Companhia até o limite individual de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e, acima disto, mediante autorização do Conselho de Administração; d) comprar, prometer comprar ou adquirir o prometor adquirir, ceder, transferir, alienar, ou vender bens móveis do patrimônio da Sociedade, de valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até o limite de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) e, acima disto, mediante autorização do Conselho de Administração; e) assinar contrato de caução e/ou prestar fiança como conceder avisa, inclusive a Consórcio do qual faça parte, para cumprimento de contratos em nome da mesma tenha interesse. Parágrafo Tercêiro. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer administrador, procurador ou funcionário que envolva obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, salvo quando expressamente autorizados pelos acionistas em Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração. Não se compreenderam como estranhos ao objeto atos praticados junto a consórcios ou empresas em que a Sociedade possa ou venha a fazer parte, observada a limitação atribuída a cada Diretor. Parágrafo Quarto. As procurações outorgadas pela Companhia têm prazo de validade não superior a um ano, na qual serão expressamente especificados os poderes outorgados, sob pena de invalidade do mandato. Parágrafo Quinto. As procurações para o foro em geral ("ad judicia") serão outorgadas por prazo indeterminado. Artigo 17. A Sociedade terá como responsáveis técnicos engenheiros ou arquitetos devidamente registrados no CREA, os quais agirão com independência no exercício de suas funções técnicas, assinando todos os trabalhos de ordem técnica a cargo da Sociedade. Parágrafo Único. Os demais atos e papéis referentes à ordenação administrativa, tais como correspondência, recibos e outros papéis, quitações em geral, propostas em geral e cheques deverão ser assinados por qualquer Diretor, solidariamente. Capítulo IV - Assinatura periódica. Artigo 18. A Assembleia Geral dos acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social, para resolver os assuntos de sua exclusiva competência, e, extraordinariamente, quantas vezes forem necessárias. Artigo 19. As Assembleias Gerais serão presididas por quem for eleito entre os presentes. Competirá ao Presidente da Assembleia indicar, entre os presentes, o secretário dos trabalhos. Artigo 20. Serão observadas quanto à convocação, instalação, funcionamento e deliberação das Assembleias Grais os dispositivos legais em vigor. Capítulo V - Conselho Fiscal. Artigo 21. O Conselho Fiscal fiscalizará nos exercícios sociais em que for instalado pela Assembleia Geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto e cada período de funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação. Capítulo VI - Exercício Social e Distribuição de Lucros. Artigo 22. O exercício social coincidirá com o ano civil, devendo a Diretoria, a 31 de dezembro de cada ano, apresentar às demonstrações financeiras previstas no Regulamento Interno. Critério da Diretoria. A Companhia poderá levantar balanços especiais, interestaduais ou internacionais, mas não afetivos. A elaboração da Companhia deverá declarar dividendos à conta de lucros apurados no balanço ou à conta de reservas. Os dividendos declarados na forma deste parágrafo serão sempre considerados antecipação dos dividendos obrigatórios. Artigo 23. Feitas as amortizações e provisões legais, o lucro líquido apurado terá o seguinte destino: I - 5% (cinco por cento) do lucro será aplicado no Fundo de Reserva Legal, até que alcance o limite legal; II - 30% (trinta por cento) do lucro serão empregados na distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas, no exercício corrente; III - o saldo, se houver, ficará à disposição da Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro. A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro. Parágrafo Segundo. Os juros sobre capital próprio deliberados pela Assembleia Geral serão sempre considerados como antecipação dos dividendos obrigatórios. Capítulo VII. Liquidação da Sociedade. Artigo 24. A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos no artigo anterior, seja ela qualquer entidade jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, física ou jurídica, ou liquidantes, os quais funcionarão durante o prazo de liquidação, ficando livres os respectivos herdeiros sucessores. Capítulo VIII. Disposições Gerais e Transitórias. Artigo 25. Os princípios e regras instituídos pela Lei nº 6.404, de 15.12.76, pertinente às Sociedades por Acções, regulem os casos omisso."



Região do Brasil
Seção São Paulo
111344
AUTENTICAÇÃO
24AG0515977

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 27534727] - www.imprensaoficial.com.br

AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia em 23/05/2018 às 21:51, a qual confere com o original em 08/05/2018.

EMILIA LUIZ MARINHO
EMPENHAMENTO E CUSTAS - R\$ 2.222,49

CNP3/MF nº 61.584.223/0001-38 - NIRE 35.309.053.095

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 18º de Maio de 201

qualquer Presidente ou, sempre que o interesse da Sociedade assim exigir, por convocação de seu Presidente, a Assembleia ordinária ou por 2 (dois) conselheiros devendo constar da convocação o local, dia e hora da reunião, bem como o ordem do dia. **Parágrafo Primeiro.** A convocação será feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias, por comunicação interna com protocolo de recebimento, por carta registrada ou protocolada ou por meio eletrônico, contendo a respectiva Ordem do Dia. Considera-se regularmente convocado o Conselheiro presente à reunião.

Se em tratado de convocação extraordinária o prazo poderá ser reduzido para 3 (três) dias. **Parágrafo Segundo.** Todas as deliberações serão tomadas por voto favorável da maioria dos Conselheiros presentes. **Parágrafo Terceiro.** O Conselheiro ausente poderá ser representado apenas por outro Conselheiro, devidamente autorizado, desde que em um único dia e em dois votos por carta protocolada, e-mail, fax ou telegrama. Qualquer dos membros presentes poderá participar da reunião do Conselho de Administração, desde que não esteja sob restrição de competência, por meio do qual todas as pessoas presentes nessas reuniões possam da participar. A participação pelos meios ora mencionados deverá ser considerada como presença física em reunião. O voto dado por membro do Conselho de Administração através dos referidos meios deverá ser confirmado, por escrito, até o primeiro dia útil seguinte à data da respectiva Reunião. **Parágrafo Quarto.** A função de Conselheiro é indelegável, não sendo admitida a atribuição de qualquer ato, função ou atuação a qualquer outra pessoa, exceto a outro Conselheiro, na forma do **Parágrafo Terceiro**. **Parágrafo Quinto.** Das reuniões serão lavradas atas em livro próprio, assinadas por todos os membros presentes, devendo ser arquivadas no Registro do Comércio aquelas que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros. As atas também poderão ser lavradas em folhas soltas atendendo aos requisitos legais. Assim, compete ao Conselho de Administração, mediante decisão colegiada, além do que estiver disposto no presente Estatuto, a) Eleger e destituir o Diretor Presidente e Diretor Vice Presidente da Companhia; b) Deliberar sobre os planos e negócios e orçamentos anuais elaborados pela Diretoria; c) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, assim como a respeito de quaisquer atos que tenham sido ou estejam para ser praticados; d) Convocar a Assembleia Geral, na forma do Artigo 13, Letra (a), deste Estatuto; f) Submeter à aprovação dos acionistas, em assembleia geral, após tê-los examinados, à luz do parecer dos auditores independentes, e sobre eles se manifestado por escrito, as contas dos administradores a as demonstrações financeiras, bem como a proposta de destinação do lucro líquido e de distribuição de dividendos; g) Recomendar modificações na política de Governança Corporativa implementada pela Diretoria; h) Autorizar a Diretoria a praticar as ações abaixo indicadas no caso em que estas não forem imediatamente executadas, a saber: i) Promover a contratação preventiva prevista pelo Conselho de Administração; j) Assinar contratos de empréstimo ou financiamento com instituições financeiras, bem como com restrição de garantia a Companhia em valores superiores a R\$ 30 milhões (trinta milhões de reais); h) Constituir ônus reais ou gravames de qualquer natureza sobre os bens do ativo permanente da Companhia, em valores superiores a R\$ 30 milhões (trinta milhões de reais); h) Praticar atos de associação envolvendo a Sociedade ou suas Controladas, inclusive sobre a participação em acordos de acionistas referentes a essas associações, exceto em consórcios para participação em obras; h) Comprar, prometer comprar ou adquirir ou prometer adquirir, em nome da Companhia, ou ainda vender, transferir ou alienar, bens imóveis de valor superior a R\$ 500.000,00; h.5) Comprar, prometer comprar ou adquirir ou prometer adquirir, em nome da Companhia, bens móveis em valores superiores a R\$ 15 milhões (quinze milhões de reais); i) Fixar a remuneração de cada um de seus membros, até o montante globalizado pela Assembleia Geral, observada a regra de que o Conselheiro eleito Diretor fará tão somente atos de administração e não exercerá funções operacionais, e a remuneração de cada um dos demais membros do Conselho de Administração de lucros com base em balanço semestral ou relativo a períodos menores, levantados pela Diretoria; k) Autorizar a criação ou a extinção de filiais, sucursais, escritórios e representações no exterior; l) Recomendar modificações ao código de conduta da Companhia, elaborado pela Diretoria; m) Aprovar, atualizar ou alterar o seu regulamento interno; n) Escolher e destituir os auditores independentes; e o) Desempenhar quaisquer outras funções ou deliberar sobre quaisquer outros assuntos que não sejam de competência dos acionistas ou da Diretoria, tal como definido no presente Estatuto e expressamente na Lei nº 6.404/76, e que sejam inerentes à sua função.

Artigo 13. Compete ao Presidente do Conselho: a) Convocar as Assembleias Gerais, fixando a respectiva ordem do dia; b) Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; c) Dar andamento às deliberações do Conselho de Administração, cumprindo-as e/ou fazendo-se cumprir. **Seção II. Diretoria.** **Artigo 14.** A Companhia terá uma Diretoria composta por 03 (três) membros, sendo 02 (dois) membros brasileiros residentes no País, com mandato de 03 (três) anos, eleitos pelo Conselho de Administração, podendo ser reeleitos para mais mandatos, e um Vice Presidente. **Parágrafo Primeiro.** O exercício do cargo de Diretor depende da prestação de caução. **Parágrafo Segundo.** Os membros da Diretoria permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos, estendendo-se o prazo de gestão até que tal ocorra. **Artigo 15.** Compete à Diretoria distribuir entre os seus membros, conforme critérios definidos pela própria Diretoria, o montante global fixado pela Assembleia Geral, sendo certo que, além dos honorários mensais, os membros da diretoria terão, individualmente, direito de participação nos lucros líquidos da Companhia. **Artigo 16.** Compete à Diretoria executar e fazer observar os presentes estatutos e as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração, praticando atos inerentes às suas atividades ordinárias. **Parágrafo Primeiro.** Os seguintes atos poderão ser praticados exclusivamente pela Diretoria, sem a necessidade de aprovação da Assembleia Geral, individualmente: a) a administração ativa e geral dos negócios da Companhia; b) representar, na forma da Lei, a Companhia perante terceiros; c) a prestação de serviços em nome perante terceiros; d) deliberar sobre todos os assuntos de interesse social, praticando todos os atos necessários para bem conduzir os negócios da Sociedade, que não sejam privativos da Assembleia Geral e do Conselho de Administração; e) convocar as Assembleias Gerais na omissão do Presidente do Conselho de Administração quando solicitadas por qualquer dos Diretores; e) no limite de suas atribuições e poderes, constituir, em nome da Sociedade, mandatários e procuradores com poderes especiais, revogando-os quando julgarem conveniente; f) admitir e demitir empregados e contratar representantes fixando-lhes a remuneração; g) elaborar as normas básicas de estruturas administrativas; h) comprar, prometer comprar ou adquirir ou prometer adquirir, ceder, transferir, alienar, penhorar, pagar, onerar ou vender bens móveis do patrimônio da Sociedade, até o limite de R\$ 500.000,00 (um milhão de reais); e i) criar ou/ou extinguir filiais, sucursais, escritórios e representações no País. **Parágrafo Segundo.** Compete ao Conselho de Administração, além do que estiver disposto no presente Estatuto, e ao Diretor Vice Presidente: a) adquirir, transferir, alienar, hipotecar, penhorar, pagar, onerar ou vender bens imóveis do patrimônio da sociedade, até o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); b) fazer as operações de crédito que entender úteis à Sociedade, observando, porém, o limite individual de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), e, acima disso, mediante autorização do Conselho de Administração; c) constituir ônus reais ou gravames de qualquer natureza sobre os bens do ativo permanente da Companhia até o limite individual de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); e, acima disso, mediante autorização do Conselho de Administração; d) comprar, prometer comprar ou adquirir ou prometer adquirir, ceder, transferir, alienar, ou vender bens móveis do patrimônio da Sociedade, de valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até o limite de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); e, acima disso, mediante autorização do Conselho de Administração; e) assinar contrato de caução e/ou de fiança, em nome da Companhia, com garantia real ou pessoal de qualquer natureza, para cumprimento de contrato de crédito, com prazo superior a 12 (doze) meses, e/ou com prazo superior a 12 (doze) meses, para cumprimento de contrato de administração, tais como correspondência, recibos, outros papéis e documentos, e/ou para qualquer outro fim. Os cheques, poderão ser assinados por qualquer Diretor, igualmente. **Capítulo IV - Assembleia Geral.** **Artigo 18.** A Assembleia Geral dos acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social, para resolver os assuntos de sua exclusiva competência, e, extraordinariamente, quantas vezes forem necessárias. **Artigo 19.** As Assembleias Gerais serão presididas por quem for eleito entre os presentes, competindo ao Presidente da Assembleia indicar, entre os presentes, o secretário dos trabalhos. **Artigo 20.** Serão observadas quanto à convocação, instalação, funcionamento e deliberação das Assembleias Gerais os dispositivos legais em vigor. **Capítulo V - Conselho Fiscal.** **Artigo 21.** O Conselho Fiscal funcionará nos exercícios sociais em que for instalado pela Assembleia Geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto e cada período de funcionamento terminará com a primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação. **Capítulo VI - Exercício Social e Distribuição de Lucros e Dividendos.** **Artigo 22.** O exercício social da Companhia terá duração de 12 (doze) meses, iniciando-se em 1º de janeiro, e, no fim de cada exercício, a Diretoria apresentará ao Conselho de Administração, para aprovação do Conselho de Administração, o balanço da Companhia, com demonstrações financeiras previstas em lei. **Parágrafo Único.** O balanço da Companhia poderá levantar balanços especiais, intermediários ou intercalares, em qualquer período, e, por deliberação da Assembleia Geral, declarar dividendos à conta de lucros apurados no balanço ou à conta de reservas de dividendos declarados na forma deste parágrafo serão sempre considerados antecipação dos dividendos obrigatórios. **Artigo 23.** Feitas as amortizações e provisões legais, o lucro líquido apurado terá o seguinte destino: - 5% (cinco por cento) do lucro serão aplicados no Fundo de Reserva Legal, até que alcance o limite legal; - 30% (trinta por cento) do lucro serão empregados na distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas, no exercício correspondente; III - o saldo, se houver, ficará à disposição da Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendos inferior ao obrigatório ou a retenção de todos os lucros. **Parágrafo Segundo.** Os juros sobre capital não distribuído pelo lucro líquido da Companhia serão sempre considerados como antecipação dos dividendos obrigatórios. **Capítulo VII - Liquidação da Companhia.** **Artigo 24.** Quando a Companhia, por qualquer motivo, compelido à Assembleia Geral determinar a modo de liquidação, elegendo o Conselho Fiscal e o liquidador, ou liquidantes, os quais funcionarão durante o período de liquidação, ficando-lhes os respectivos honorários. **Capítulo VIII - Disposições Gerais e Transfêrencias.** **Artigo 25.** Os princípios e regras instituídos pela Lei nº 6.404/76, pertinente às Sociedades por Ações, regularão os casos omissos".

Construcap - CCPS**Engenharia e Comércio S.A.**

CNPJ/MF nº 61.884.223/0001-38 - NIRE 35.300.053.095

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 27 de Abril de 2018

1. Data, Hora e Local: Realização da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 27 de abril de 2018, às 14:30h, na sede da Companhia, na Avenida das Nações Unidas, Edifício Eldorado Business Tower, nº 8581, 32º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, 2. Publicação e Convocação: Edital de Convocação publicado nos dias 18, 19 e 20 de abril de 2018, no Diário Oficial Empresarial e no Jornal O Dia SP, respectivamente nas páginas 89, 71 e 154 do primeiro e 12, 05 e 05 do segundo, 3. Presença: Acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social, conforme Lista de Presença de Acionistas, anexa a esta Ata, e no Livro de Presença de Acionistas. Presença: igualmente, Julio Capobianco, usuário de ações da Companhia, na forma do artigo 114 da Lei das Sociedades por Ações e conforme transcrição na mencionada Ata, neste ato representado por seu bastante procurador Geraldo Agosti Filho, conforme procuração em anexo. Acionistas e usuário doravante denominados, em conjunto, "Acionistas". Presenças, também, os Diretores da Companhia, Roberto Ribeiro Capobianco e Julio Capobianco Filho, e o representante do Auditor Independente da Companhia, BDO RCS Auditores Independentes, que ficou à disposição da Assembleia. 4. Mesa: Os Acionistas indicaram para presidir a mesa o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Maria Lúcia Ribeiro Capobianco Porto, a qual indicou, na forma do artigo 20 do Estatuto da Companhia, o Sr. Rodrigo R. Monteiro de Castro para secretar a mesa. 5. Ordem do Dia: (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e dos membros da Diretoria, para o exercício de 2018. 6. Leitura de Documentos, Recebimentos de Votos e Lavratura da Ata: Foi dispensada a leitura ou transcrição dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas, uma vez que foram publicados e todos os Acionistas tinham conhecimento prévio de seu conteúdo, sendo que os mesmos se encontram à disposição dos interessados, ficando também arquivados na sede da Companhia, incluindo o Parecer dos Auditores Independentes. As declarações de votos, protestos e dissidências apresentados foram recebidos, numerados e autenticados pelo Secretário da Mesa. Foi autorizada, ademais, a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação sem a assinatura dos acionistas, de acordo com o previsto nos §§ 1º e 2º do artigo 130 da Lei das S.A. 7. Deliberações: Os Acionistas deliberaram, com abstenção dos legalmente impedidos, em relação às matérias em que a Lei ou o impede de votar, ficando as abstenções indicadas em cada caso, o seguinte: 7.1. Aprovar, por maioria e sem reserva, com votos de Julio Capobianco, Maria Lúcia Ribeiro Capobianco Porto e Maria Lúcia Ribeiro Capobianco, representativos de 79,0451% do capital social total, depois de examinadas e discutidas, as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia. Os Acionistas João Paulo Ribeiro Capobianco, David Baptista da Silva Pares e Maria Cecilia Ribeiro Capobianco, com votos representativos de 9,4170% do capital social total, rejeitaram as contas e apresentaram, em conjunto, duas declarações de voto em separado, as quais foram recebidas pela mesa da Assembleia. Roberto Ribeiro Capobianco e Julio Capobianco Filho absteram-se de votar. 7.1.1. Aprovar, por maioria, representativa de 90,5829% do capital social total, a ratificação dos pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") realizados em 2017, à conta de reserva de Lucros Acumulados com base no Balanço de 2016, no montante de R\$ 16.945.208,40 (dezesseis milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, duzentos e oito reais e quarenta centavos), valor bruto que inclui o tributo incidente, totalmente pago durante o exercício de 2017. O JCP pago atribuiu aos dividendos obrigatórios do exercício de 2016, absteram-se os Acionistas João Paulo Ribeiro Capobianco, David Baptista da Silva Pares e Maria Cecilia Ribeiro Capobianco (com votos representativos de 9,4170% do capital social total), tendo apresentado declaração de voto em separado, a qual foi recebida pela mesa da Assembleia. 7.2. Aprovar, por maioria, representativa de 90,5829% do capital social total, a distribuição de dividendos obrigatórios, na forma do Artigo 24, Parágrafo Único do Estatuto, no valor de R\$ 23.303.904,19 (vinte e três milhões, trezentos e três mil, novecentos e quatro reais e dezesseis centavos), correspondente a 30% do Lucro Líquido apurado no exercício de 2017, podendo a Companhia elevar o pagamento mediante JCP, na forma da Lei. O pagamento será realizado em parcelas mensais até 31 de dezembro de 2018. O percentual restante correspondente a 70% do Lucro Líquido, no montante de R\$ 34.375.776,43 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e setenta e cinco mil, setecentos e setenta e seis reais e quarenta e três centavos), será destinado para a conta Reserva de Lucros. Os Acionistas João Paulo Ribeiro Capobianco, David Baptista da Silva Pares e Maria Cecilia Ribeiro Capobianco (com ações representativas de 9,4170% do capital social total), absteram-se de votar e apresentaram declaração de voto em separado, a qual foi recebida pela mesa da Assembleia. 7.3. Aprovar, por maioria, representativa de 90,5829% do capital social total, a remuneração global dos membros da Diretoria, para o exercício de 2018, no montante de R\$ 11.240.798,94 (onze milhões, duzentos e quarenta mil, setecentos e noventa e oito reais, noventa e quatro centavos). Votaram contra os Acionistas Maria Cecilia Ribeiro Capobianco, João Paulo Ribeiro Capobianco e David Baptista da Silva Pares, com votos representativos de 9,4170% do capital social total e apresentaram declaração de voto em separado, a qual foi recebida pela mesa da Assembleia. 7.5. Nos termos do artigo 159, § 1º da Lei nº 6.404/1976, a pedido dos Acionistas João Paulo Ribeiro Capobianco, David Baptista da Silva Pares e Maria Cecilia Ribeiro Capobianco, titulares de ações representativas de 9,4170% do capital social total da Companhia, foram colocados em pauta, para deliberação, nesta Assembleia, os seguintes assuntos: (i) proposição de ação de responsabilidade civil contra o Diretor Presidente da Companhia, Roberto Ribeiro Capobianco; bem como (ii) o afastamento imediato deste de suas funções de diretor e membro do conselho de administração. Os Acionistas deliberaram, por maioria, com votos representativos de 85,0221% do capital social total, e abstenção do Acionista Roberto Ribeiro Capobianco, a abertura de ação e o afastamento, tendo votado favoravelmente os acionistas João Paulo Ribeiro Capobianco, David Baptista da Silva Pares e Maria Cecilia Ribeiro Capobianco, titulares de 9,4170% do capital social, e apresentado declaração de voto em separado, a qual foi recebida pela mesa da Assembleia. O usuário e titular de direitos de voto representativos de 71,3326% do capital social total, Julio Capobianco, propôs um voto de **Desagravo** ao Diretor Presidente, Roberto Ribeiro Capobianco, tendo sido apoiado pela maioria de votos, representativos de 85,0221% do capital social total. João Paulo Ribeiro Capobianco, David Baptista da Silva Pares e Maria Cecilia Ribeiro Capobianco, titulares de 9,4170% do capital social, votaram contra o desagravo. Roberto Ribeiro Capobianco absteve-se. 8. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisse fazer uso e, como ninguém se manifestou, o Sr. Presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que reatada, lida, conferida e aprovada, foi, por todos os presentes assinada. 9. Documentos Arquivados: Ficam arquivados na sede da Companhia a Publicação ordenada pelo artigo 133 da Lei 6.404/76, o Edital de Convocação, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, bem como as cinco manifestações de voto apresentadas pelos acionistas. São Paulo, 27 de abril de 2018. Maria Lúcia Ribeiro Capobianco Porto - Presidente; Rodrigo R. Monteiro de Castro - Secretário; Julio Capobianco - Usuário; Maria Lúcia Ribeiro Capobianco Porto; Maria Lúcia Ribeiro Capobianco; Julio Capobianco Filho; Maria Cecilia Ribeiro Capobianco; Roberto Ribeiro Capobianco; João Paulo Ribeiro Capobianco; David Baptista da Silva Pares.

Diagnósticos da América S.A.**Companhia Aberla**

CNPJ/MF nº 61.486.050/0001-83 - NIRE 35.350.172.507

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 23/04/2018

Data, Hora e Local: Assembleia Geral Ordinária realizada em 23/04/2018, às 14h, na sede social da Diagnósticos da América S.A. ("Companhia"), situada na Cidade de Barueri/SP, R. Alameda Juruá, 434, Alphaville, Convocação: Edital de convocação publicado em primeira convocação, nos jornais "O Estado de São Paulo", nas edições dos dias 22, 23 e 24/02/2018, páginas 98, 99 e 101, respectivamente e a "Diário Comércio, Indústria e Serviços", nas edições dos dias 22, 23 e 25/02/2018, páginas 11, 11 e 5, respectivamente, em termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). Publicações: Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2017, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, publicados nos jornais "DOESP" e "Diário Comércio, Indústria e Serviços" em 22/03/2018. Quórum e Presença: Presenças à Assembleia Geral Ordinária (i) acionistas representando 97,72573% do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas; (ii) o Diretor Jurídico da Companhia, Sr. Fabio Ferreira Cunha; e (iii) o Sr. Marcio Serpejante Peppé, representando a auditoria independente, KPMG Auditores Independentes. Nenhum acionista enviou boletim de voto à distância. Composição da Mesa: Romeu Córtes Domingues, Presidente; Marcio Alves Sanjar, Secretário. Documentos submetidos à apreciação da Assembleia: Os documentos submetidos à apreciação da Assembleia foram numerados e autenticados pela mesa e arquivados na sede da Companhia, tendo sido entregues cópias de tais documentos aos acionistas que os solicitaram. Ficam arquivados na sede da Companhia os seguintes documentos: (i) Edital de Convocação da presente Assembleia Geral Ordinária; (ii) Demonstrações Financeiras da Companhia; e (iii) Proposta da Administração para a presente Assembleia Geral Ordinária. Ordem do Dia: Discutir e deliberar sobre: (i) o relatório da administração, as contas da diretoria e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017; (ii) a proposta de: (a) destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2017; (b) distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia; e (c) o pagamento de capital para o exercício de 2018; (iii) a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia, compreendendo o Conselho de Administração e a Diretoria para o exercício social de 2018; e (iv) a ratificação e aprovação da remuneração global anual dos administradores da Companhia efetivamente paga no exercício social de 2017. Deliberações: Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram: Quanto ao item (i): Aprovar sem ressalvas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, sem abstenções e votos contrários, com 304.832.083 votos a favor, correspondentes a 97,72573% do capital social da Companhia, o relatório da administração, as contas da diretoria e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017, publicadas na forma da lei, devidamente acompanhadas das respectivas notas explicativas. Quanto ao item (ii): Aprovar sem ressalvas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, sem abstenções e votos contrários, com 304.832.083 votos a favor, correspondentes a 97,72573% do capital social da Companhia, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2017 no valor total de R\$ 131.443.388,66, bem como de distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia relativos ao referido exercício social e de pagamento de capital para o exercício de 2018, conforme aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 21/03/2018, da seguinte forma: (a) O valor de R\$ 6.572.169,93, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício social de 2017 deverá ser destinado a reserva legal da Companhia; (b) O valor de R\$ 42.198.302,19 deverá ser destinado para o pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia, observado o percentual referente ao dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia correspondente a 25% do lucro líquido do exercício social de 2017 após dedução do valor destinado à reserva legal previsto na alínea (a) acima. O montante global dos dividendos é composto unicamente por juros sobre o capital próprio de acionistas em 25/12/2017, cujo valor líquido foi de R\$ 35.870.187,63, foi pago pela Companhia em 30/01/2018; e (c) R\$ 82.672.926,54, para a conta de reserva de retenção de lucros visando a que a Companhia possa financiar parte do orçamento de capital do exercício social de 2018, conforme abaixo:

Expansão orgânica, reformas e equipamentos de RDI	317.510.350,96
TI - Modernização, desenvolvimento e manutenção	76.038.964,91
Outros	5.216.363,00
Total das aplicações	398.765.678,87

Fontes:

Reserva de retenção de lucro do exercício de 2017	82.672.926,54
Caixa parcial estimado a ser gerado nas atividades operacionais em 2018	316.092.952,33
Total das fontes	398.765.678,87

Quanto ao item (iii): Aprovar sem ressalvas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, sem abstenções e votos contrários, com 304.832.083 votos a favor, correspondentes a 97,72573% do capital social da Companhia, a proposta de remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício social de 2018, no montante de R\$ 25.051.742,42, considerados os efeitos contábeis das opções de compra de ações autorizadas, conforme aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 21/03/2018. Quanto ao item (iv): Aprovar sem ressalvas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, sem abstenções e votos contrários, com 304.832.083 votos a favor, correspondentes a 97,72573% do capital social da Companhia, a proposta de ratificação da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria efetivamente paga pela Companhia no exercício social de 2017, no valor total de R\$ 25.029.572,09, conforme aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 21/03/2018. A Companhia informa que os números e percentuais de votos favoráveis, contrários e as abstenções para cada uma das matérias objeto da ordem do dia acima deliberadas constam do Mapa de Votação anexo à presente ata como seu "Anexo I". Encerramento da Assembleia: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, e aprovada a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme disposto nos §§ 1º e 2º do Artigo 130 da Lei das S.A., a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os acionistas presentes. Assinaturas: Mesa: Romeu Córtes Domingues, Presidente; Marcio Alves Sanjar, Secretário. Acionistas Presentes: Dulce Pugliese, Godoy Bueno, Cromossomo Participações III S.A., Espólio de Edson de Godoy Bueno, todos representados por Maria Aparecida Bello da Silva, Marcio Alves Sanjar - Secretário. JUCESP nº 226.645/18-6 em 16/05/2018. Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

PADTEC S.A.

CNPJ: 03.549.807/0001-76 - NIRE: 353.001.919-27

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Convocamos os Acionistas da PADTEC S.A. a se reunirem em AGE, a ser realizada no dia 29/05/18, às 14h, na sua sede social à Rua Dr. Ricardo Benetton Martins, S/N, Parque II do Polo de Alta Tecnologia, na cidade de Campinas/SP, para deliberarem: **Ordem do Dia:** I. Aprovação do texto final de Plano de Bonificação; e II. Aprovação de alteração da remuneração anual variável aprovada para a Administração, para o exercício de 2018. Informações: Todos documentos e informações pertinentes aos assuntos incluídos na Ordem do Dia, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Sebastião Sônego Junior - Presidente do Conselho de Administração. (19, 22 e 23/05/2018)

Ápice Securitizadora S.A.

Companhia Aberla - CNPJ/MF 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

Ata de Assembleia Geral Ordinária de 30.04.2018

Data, Hora e Local: 30.04.2018, 10h, na sede social da Ápice Securitizadora S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Santo Amaro, 48, 1º andar, conjunto 12, Itaim Bibi, CEP 04506-000, São Paulo/SP. Convocação/Presença: Dispensada a publicação do Edital de Convocação, em conformidade com o disposto no §4º, Artigo 124, Lei 6.404/76, por estar presente a totalidade dos acionistas.



JUCESP PROTOCOLO
0.540.292/18-7



Resultado do exercício social findo em 31.12.2017. A destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31.12.2017, apurado no montante de R\$ 4.375.317,45, resultante das atividades da Companhia, conforme segue: (i) não foi constituído reserva legal para o exercício de 31.12.2017, pois esta reserva já está com saldo de R\$ 80.000,00, ou seja, já está no limite previsto no artigo 193, Lei 6.404/76, o qual dispõe que a reserva não pode exceder a 20% do capital social; (ii) a Companhia declarou e pagou dividendos intermediários no montante de R\$ 2.317.351,52. (iii) os valores acima descritos como dividendos intermediários são superiores ao valor mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do período, nos termos da Lei 6.404/76; e (iv) proposta de distribuir o saldo total remanescente do lucro do exercício de 31.12.2017 no valor de R\$ 2.057.965,93 até o final do exercício de 31.12.2018. (c) a substituição de Elizabeth Alves Gomes, CPF/MF nº 535.705.108-91, da posição de vice-presidente do Conselho de Administração, em razão do término do prazo de seu mandato, e concomitantemente a eleição, nos termos do artigo 11, do Estatuto Social da Companhia, da nova composição do Conselho de Administração da Companhia, que será constituído por 03 membros, eleitos ou reeleitos, **todos com mandato até a realização da AGO que examinar as demonstrações financeiras relativas ao exercício a se encerrar em 31.12.2020**, conforme mencionado abaixo: (i) Fernando Cesar Brasileiro, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, RG nº 17.025.342-9/SSP-SP, CPF/MF nº 082.354.358-70, com endereço comercial em São Paulo/SP, Avenida Santo Amaro, 48, 1º andar, conjunto 12, Itaim Bibi, CEP 04506-000, **como Presidente do Conselho de Administração**; (ii) Rodrigo Henrique Botani, brasileiro, casado, advogado, RG nº 29.522.998-6/SSP-SP, CPF/MF nº 224.171.888-21, com endereço comercial em São Paulo/SP, Avenida Santo Amaro, 48, 1º andar, conjunto 12, Itaim Bibi, CEP 04506-000, **como Vice-Presidente do Conselho de Administração**; e (iii) Mauricio Katsumi Fukuda, brasileiro, separado judicialmente, contador, RG nº 12.506.209-SSP/SP, CRC-SP nº 124.804, CPF/MF nº 029.194.528-78, com endereço comercial em São Paulo/SP, Avenida Santo Amaro, 48, 1º andar, conjunto 12, Itaim Bibi, CEP 04506-000, **como Conselho do Conselho de Administração**. As respectivas declarações de desimpedimento de exercício de cargo de administração na Companhia seguem anexas à presente ata. **Encerramento, Lavratura e Aprovação:** Por fim, os presentes autorizaram a administração da Companhia a publicar a presente ata em forma sumária, com a omissão das assinaturas dos acionistas, e tomar todas as medidas necessárias à efetivação das deliberações ora aprovadas. **Assinaturas da Totalidade dos Acionistas da Companhia:** Ápice Consultoria Financeira e Participações Ltda. e Fernando Cesar Brasileiro. Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a reunião para a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Presidente da mesa e pelo Secretário, após o que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Mesa: Fernando Cesar Brasileiro - Presidente da Mesa, Bruno Ricardo Mancini Roffinelli - Secretário. **Totalidade dos Acionistas Presentes:** Ápice Consultoria Financeira e Participações Ltda. e Fernando Cesar Brasileiro. Assinaturas: Ápice Consultoria Financeira e Participações Ltda. e Fernando Cesar Brasileiro. CPF/MF nº 082.354.358-70, Aryel Custódio Fonseca, CPF/MF nº 307.140.598-07, Fernando Cesar Brasileiro, CPF/MF nº 082.354.358-70, JUCESP nº 225.785/18-3 em 15.05.2018. Flávia Regina Brito Gonçalves - Secretária Geral.

Minuto Corretora de Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 69.281.580/0001-74 - NIRE 353004379-9

Ata de Assembleia Geral Ordinária em 30/07/2015

Data, Hora e Local: Em 30/07/2015 às 10h, na sede social da Companhia em São Paulo/SP. Convocação: Dispensada. Presença: Totalidade dos acionistas. Mesa: Presidente: Marcelo Bial, Secretária: Juliana Giancola. Ordem do Dia e Deliberações: 1. Os acionistas aprovaram integralmente as contas da Companhia, compreendidas pelo balanço patrimonial e resultado econômico, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2014, compostas pelas peças seguintes: (i) Balanço Patrimonial; (ii) Demonstrações de Resultados; (iii) Demonstrações de Resultados Abreangentes; (iv) Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido; (v) Demonstrações dos Fluxos de Caixa, cujo relatório do auditor KPMG Auditores Independentes S.S e as Notas Explicativas estão disponíveis na sede da empresa; 2. Os acionistas aprovaram que não haverá distribuição de dividendos aos acionistas, em face dos resultados negativos apurados no exercício social de 2014, conforme prejuízo apontado no balanço patrimonial levantado em 31/12/2014, 2.1. Em cumprimento às disposições legais que regem a matéria, o Prejuízo do exercício social de 2014, no valor de R\$ 11.603.254 será lançado a conta de Prejuízos Acumulados, não constituindo, por conseguinte, a Reserva Legal, nem previsão para pagamento de dividendos. 3. Os acionistas da companhia elegeram os membros do Conselho de Administração os quais serão investidos nos



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP

CERTIFICADO DE REGISTRO

FLÁVIA R. BRITO GONÇALVES

SECRETARIA GERAL

279.399/18-2

09 DEZ. 2020

09 DEZ. 2020

09 DEZ. 2020

09 DEZ. 2020

09 DEZ. 2020

09 DEZ. 2020

09 DEZ. 2020

09 DEZ. 2020

09 DEZ. 2020

09 DEZ. 2020

09 DEZ. 2020

09 DEZ. 2020

09 DEZ. 2020

09 DEZ. 2020

09 DEZ. 2020

09 DEZ. 2020

09 DEZ. 2020

09 DEZ. 2020

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

- livraria.imprensaoficial.com.br - Livraria Virtual
- Rua XV de novembro, 318 - 2ª a 6ª das 9h as 18h

imprensaoficial

GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 22/05/2018

Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912CGE

[Ticket: 27531943] - www.imprensaoficial.com.br

09 DEZ. 2020

09 DEZ. 2020

09 DEZ. 2020

09 DEZ. 2020

11334

11334

11334

11334

Yuny Halley Empreendimentos S.A.

CNPJ nº 04.332.433/0001-80 - NIRE 35.300.180.631

Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2018

Ativo	Balancos Patrimoniais	
	2017	2018
Circulante	11.360	13.025
Caixa e equivalente de caixa	1.880	650
Contas a receber	982	2.219
Imóveis a comercializar	8.376	9.636
Outros créditos	122	570
Total do ativo	11.360	13.025

As Demonstrações Financeiras completas encontram-se à disposição dos Senhores acionistas e interessados na sede social da Companhia.

A Diretoria,

Hebert de Jesus Barbosa - Contador, CRC-SP nº 1SP 254.554/O-04

JUCESP PROTOCOLO
0.686.602/18-3

cog

Construcup - CCPS
Engenharia e Comércio S.A.

(a "Companhia")

CNPJ/MF nº 61.584.223/0001-38 - NIRE 35.300.053.095

Ata da Reunião Ordinária do Conselho de

Administração Realizada em 22 de Maio de 2018

1. Data, Hora e Local: Realizada às 16:40 horas, do dia 22 de maio de 2018, na sede social da Companhia, localizada na Avenida das Nações Unidas, 8501 - 32º andar, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05324-010. 2. Presença: Presenças dos Conselheiros Maria Lucia Ribeiro Capobianco Porto, Maria Silvia Ribeiro Capobianco, Julio Capobianco Filho, Roberto Ribeiro Capobianco e, por teleconferência, na forma do Artigo 11, Parágrafo Terceiro, do Estatuto, Geraldo Agosti Filho e José Tomás Vieira dos Santos. 3. Convocação: Dispensada ante a presença de todos os Conselheiros. 4. Composição da Mesa: Maria Lucia Ribeiro Capobianco Porto - Presidente e Julio Capobianco Filho - Secretário. 5. Ordem do Dia: Conforme acordaram todos os Conselheiros: (I) Eleger o Presidente e o Vice Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e (II) Eleger os membros da Diretoria da Companhia para os cargos de Presidente e Vice Presidente, respectivamente. 6. Deliberações: Quanto aos temas constantes da Ordem do Dia, deliberou a totalidade dos membros do Conselho presentes à Reunião, o seguinte: (I) Eleger Maria Lucia Ribeiro Capobianco Porto para o cargo de Presidente do Conselho de Administração e Julio Capobianco Filho para o cargo de Vice Presidente do Conselho de Administração; (II) Reeleger, para o cargo de Presidente da Companhia, Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do RG 7.611.632 SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 033.785.769-71, residente e domiciliado em São Paulo - SP, com escritório na sede da Companhia, acima indicado; e, para o cargo de Vice Presidente da Companhia, Julio Capobianco Filho, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do RG 4.329.483-2 SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 681.430.528-34, residente e domiciliado em São Paulo - SP, com escritório na sede da Companhia, acima indicado, para mandatos de 03 (três) anos, conforme artigo 14 do Estatuto Social. 7. Encerramento: Encerrados os debates, não havendo nada mais a ser discutido e inexistindo qualquer outra manifestação, a Sra. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo, 22 de maio de 2018. Mesa: Maria Lucia Ribeiro Capobianco Porto - Presidente; Julio Capobianco Filho - Secretário. Conselheiros: Maria Lucia Ribeiro Capobianco Porto, Maria Silvia Ribeiro Capobianco, Julio Capobianco Filho, Roberto Ribeiro Capobianco, Geraldo Agosti Filho, José Tomás Vieira dos Santos. JUCESP nº 302.094/18-O em 25/06/2018. Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

RODOVIAS DAS COLINAS S.A.

CNPJ/MF 03.025.305/0001-46

NIRE 35.300.170.687

Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 19/03/2018

1. Data, Hora e Local: No dia 19/03/2018, às 10:00h, na sede social da Rodovias das Colinas S.A. ("Companhia"), localizada na Rodovia Marechal Rondon, km 112, s/n, Marginal Oeste, Bairro Jardim Oliveira, Itapira/SP, CEP 13312-000. 2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), em face da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de presença de acionistas. 3. Mesa: Presidente: Roberto Mengucci; Secretário: José Renato Ricciardi. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (I) a alteração dos auditores independentes responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia; e (II) a autorização à Diretoria para a formalização da contratação. 5. Deliberações: As seguintes deliberações foram tomadas por unanimidade de votos e sem ressalvas, lavrando-se a presente Ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76: 5.1. Aprovar a substituição dos auditores independentes através da contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") para a prestação de serviços de revisão de relatório de informações financeiras intermediárias, revisão de suas informações financeiras intermediárias (ITR) e auditoria de suas Demonstrações Financeiras semestrais e anuais, a partir do primeiro trimestre de 2018. 5.2. Em razão da deliberação anterior, autorizar a Diretoria a proceder a contratação da Ernst & Young Auditores Independentes, podendo, para tanto, assinar o contrato e demais documentos necessários à tal formalização. 6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada pelos membros da Mesa e pelo acionista presente à Assembleia. Mesa: Presidente: Roberto Mengucci; Secretário: José Renato Ricciardi. Acionista: AB Concessões S.A. (representada por José Renato Ricciardi e Alexandre Tujiski). Itapira, 19/03/2018. Certifico que a presente confere com a original lavrada em livro próprio. Roberto Mengucci - Presidente, José Renato Ricciardi - Secretário. JUCESP nº 279.422/18-O em 13/06/2018.

Cromo Participações S.A.

CNPJ/MF nº 23.714.664/0001-18 - NIRE nº 35.300.494.466

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações Ordinárias, em Série Única, da Espécie Quilografada, da Companhia, realizada em 24/04/2018, às 24:04/18, às 10h, na sede social, com a totalidade. Mesa: Presidente: José Luiz Rodrigues Secretário: Michelle Maria de Oliveira. Deliberações: 1.1 Aprovar a ratificação do CNPJ da Companhia, bem como o NIRE, para que passem a constar da seguinte forma: "Cromo Participações S.A. - CNPJ/MF nº 23.714.664/0001-18 - NIRE nº 35.300.494.466" 1.2 Aprovar a ratificação da deliberação 5.1. na AGD de 16/04/2018, referente à elaboração do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações Ordinárias, em Série Única, da Espécie Quilografada, da Cromo Participações S.A., para alterar as Cláusulas 4.9.1, a 4.16 da Escritura de Emissão, que passaram a ter as seguintes redações: "4.9 Prazo e Data de Vencimento das Debêntures: 4.9.1. O prazo das Debêntures será de 24 meses, contados da Data de Emissão, portanto, em 25/10/18, ressalvada a hipótese de amortização antecipada facultativa, o vencimento antecipado previstas nesta Escritura de Emissão e Primeiro Aditamento." "4.16 Amortização Antecipada Facultativa: 4.16.1. A Emissora poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada facultativa das Debêntures, no todo ou em parte. Entende-se por amortização antecipada facultativa a opção da Emissora de amortizar as Debêntures, a seu exclusivo critério. 4.16.2. Para que possa exercer a faculdade da amortização antecipada referida na Cláusula 4.16.1 supra, a Emissora deverá, com no mínimo 5 dias úteis de antecedência, enviar comunicado ao Debenturista, no qual deverá constar (i) a data da amortização, (ii) o valor da amortização parcial; e (iii) qualquer outra informação que, no entendimento da Emissora, seja relevante para o Debenturista, bem como, em até 2 dias úteis, prestar esclarecimentos que venham a ser solicitado pelo Debenturista." 4.16.3. a data da amortização antecipada das Debêntures deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil. Nada mais. São Paulo, 24/04/18. Jucesp nº 255.420/18-3 em 29/05/2018.



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 03/07/2018 17:42:45h e disponível em: www.imprensaoficial.com.br
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E8155C319BC912C6E
Ticket: 27779553 - www.imprensaoficial.com.br

LIQ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 04.032.433/0001-80 - NIRE 35.300.180.631

Companhia Aberta
EDITAL DE 2ª CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª EMISSÃO PRIVADA DE DEBÊNTURES DA LIQ PARTICIPAÇÕES S.A.

A Liq Participações S.A. ("Companhia"), neste ato representada por seu Diretor de Finanças e de Relações com Investidores, conforme previamente autorizado pelo conselho de administração da Companhia, convoca aos titulares das debêntures da 1ª (primeira) série da 2ª (segunda) emissão privada de debêntures simples, em série única, com garantia real e garantia adicional fidejussória, conjugada com bônus de subscrição, da Companhia "Debenturistas", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente, a reunirem-se em assembleia geral de debenturistas, nos termos da Cláusula VIII do "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Privada de Debêntures Simples, Série Única, com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, Conjugada com Bônus de Subscrição da Liq Participações S.A.", conforme alterado ("Escritura"), a ser realizada, em segunda convocação, no dia 30 de julho de 2018, às 14h, na sede da Companhia, localizada na Avenida Paulista, 407, 8º andar, na cidade e Estado de São Paulo (AGD), a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: dispensa de manutenção da Companhia, dos índices financeiros ("convênios") previstos na alínea "a" da Cláusula III, item 22.1 da Escritura em relação ao trimestre findo em 30 de junho de 2018 e/ou outro período que venha a ser determinado em assembleia pelos debenturistas presentes, nos termos da Proposta da Administração divulgada pela Companhia em 28 de junho de 2018. No âmbito da deliberação da referida ordem do dia, a Companhia se reserva o direito de negociar termos e/ou condições com os Debenturistas para que a matéria seja aprovada pelo quórum necessário. Instruções gerais: (1) a documentação relativa à ordem do dia está disponível para consulta nas páginas da Companhia (<http://ri.liq.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores - internet e na sede da Companhia; e (2) visando conferir maior celeridade ao processo de cadastramento dos Debenturistas presentes na AGD para fins de deliberação, o observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, solicitamos ao Debenturista que desejar ser representado por procurador que deposite, anteriormente à data da AGD, preferencialmente 48 horas antes, o respectivo mandato, com poderes especiais, devidamente acompanhado de cópia de atos societários e/ou documentos que façam necessários à comprovação da representação do Debenturista, quando pessoa jurídica, bem como lista da(s) sociedade(s) e/ou fundo(s) que representem e suas respectivas quantidades, na sede da Companhia, conforme indicada acima, aos cuidados de sua Diretoria Jurídica, e, também, na sede da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, agente fiduciário desta Emissão. São Paulo, 28 de junho de 2018. André Tavares Paradi - Diretor de Finanças e de Relações com Investidores.

Mogiana Alimentos S/A

CNPJ/MF 45.710.423/0001-33 - NIRE 35.300.394.623

Ata da Reunião do Conselho de Administração, Realizada em 18 de Abril de 2018

1. Data, Hora e Local: Realizada às 8:30 horas do dia 18 de abril de 2018, na sede social da Mogiana Alimentos S/A ("Companhia"), localizada na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua das Magnólias, 2405, Jardim das Bandeiras, CEP 13050-089. 2. Convocação e Presença: Convocação realizada nos moldes do Artigo 7º, §§ 5º e 8º do Estatuto Social. Registrada a presença dos membros do Conselho de Administração da Companhia ao final identificados. 3. Mesa: O Sr. Marcos de Mello Mattos Haaland assumiu a presidência da Mesa e convidou o Sr. Valmir Caldana para secretariar os trabalhos. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre a Eleição da Diretoria da Companhia. 5. Deliberações: Após discussão da matéria constante da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer reservas ou ressalvas, o quanto segue: 5.1. Eleger para compor a Diretoria da Companhia, com mandato até 18 de abril de 2020, os abaixo indicados: i) Diretor Presidente, acumulando o cargo de Diretor de Planejamento Estratégico: Filipe Taguado S.O., brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador do RG sob nº 24.641.089-9 SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 219.817.478-26; ii) Diretor Financeiro: Alessandro Milan, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG sob nº 18.860.329-3 SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 157.514.398-48; e iii) Diretores sem designação específica: Valmir Caldana, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito nos quadros da OAB/SP sob nº 156.156, portador do RG sob nº 17.355.882-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 069.207.838-00; e José Tadeu Fernandes, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, zootecnista, portador do RG sob nº 7.492.972-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 980.611.278-49, todos com domicílio comercial na Rua das Magnólias nº 2405, Jardim das Bandeiras, Campinas - SP, CEP 13050-089. 5.2. Os membros da Diretoria ora eleitos tomaram posse em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados no Livro de Registro de Atos das Reuniões da Diretoria da Companhia, declarando expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração de sociedades, e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que veda, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. 6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a reunião foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual após lida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros presentes. Campinas/SP, 18 de abril de 2018. Mesa: a) Marcos de Mello Mattos Haaland - Presidente; a) Francisco Javier Serra Torres - Secretário; Conselheiros Presentes: a) Marcos de Mello Mattos Haaland; a) Conselheiro Javier Serra Torres; a) Fernando de Mello Mattos Haaland; a) La Haaland Valente; a) Ramon Andres Ferrero. Certifico que esta é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. Marcos de Mello Mattos Haaland - Presidente. JUCESP nº 246.032/18-O em 23/05/2018. Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

Pele Nova Biotecnologia S.A.

CNPJ nº 05.051.611/0001-04

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os senhores acionistas convocados para a A.G.E. a realizar-se no dia 12/7/2018, às 10:30 horas, na Rua Estados Unidos, 1093, em São Paulo/SP, Ordem do Dia: 1. Atualização dos negócios da Companhia; 2. Follow-up do trabalho desenvolvido pela empresa PricewaterhouseCoopers; 3. Proposta de aumento do capital social; 4) Retomada das atividades industriais; 5) Assuntos gerais. São Paulo, 25/6/2018. Ozires Silva - Presidente do Conselho de Administração (23, 30/6 e 3/7)

Sintel Tecnologia e Informação S.A.

CNPJ/MF nº 58.048.000/0001-41 - NIRE 35.300.459.750

Ata de AGOE realizada em 30/04/18

1. Data, Hora e Local: Aos 30/04/18 às 10h, em sua sede social, na cidade de São Caetano do Sul, na Rua Amazonas, nº 521, sala 87, Centro. 2. Convocação: Dispensada a publicação do Edital de Convocação, em conformidade com o disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76. 3. Presença: Acionistas presentes representando a totalidade do Capital Social. 4. Mesa: Presidência por Carlos Wagner dos Santos e Secretariado por José Antônio Costardi dos Santos. 6. Ordem do Dia: Ordinária: (a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir, e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/17; (b) Deliberar acerca da destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/17. Extraordinária: (a) Alteração de endereço de filial da companhia; (b) Alteração do Objeto Social da Companhia. 7. Deliberações Ordinárias: Os Acionistas, por unanimidade de votos e sem reservas, com a abstenção dos legalmente impedidos, aprovam as contas apresentadas pelos administradores, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/17, cujas publicações foram realizadas em 28/04/2018, nos jornais DOESP e Diário do Comércio Industriais & Serviços, nas páginas 23, 24, 39 respectivamente. Aprovam o Resultado do exercício social supracitado. Deliberações Extraordinárias: (a) Aprovar a alteração do endereço da filial da companhia na Rua Verquero, nº 2016-4º Andar, Vila Mariana/SP, NIRE JUCESP 35901990140, CNPJ 58.048.000/0003-03, para Rua do Paraíso, nº 595 - 10º Andar, Paraíso/SP. (b) Aprovar a alteração do Objeto Social, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: A sociedade terá por objeto, mediante atuação própria ou mediante consórcios, convênios, parcerias ou participação de capital em outras sociedades, prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento e implementação de Sistemas de processamento de dados, com armazenamento em nuvem (Software as Service - SaaS); Serviço de licenciamento, comercialização e instalação de software próprio ou de terceiros nas dependências do cliente (on-premises); Cursos e treinamento para profissionais da área da informática e de negócios; Serviços de manutenção e conservação de equipamentos na área da informática; Representação comercial de produtos e artigos de informática de origem nacional e internacional; Customização e suporte de softwares próprios e de terceiros; Execução de projetos na área de tecnologia da informação; Serviços e execução de atividades especializadas na área de Tecnologia da Informação e Supply Chain (outsourcing de operações); Licenciamento e venda de franquias, possibilitando o uso de ativos não-financeiros da empresa por terceiros; Comércio de equipamentos periféricos e suprimentos de informática; 8. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata na forma de sumário, que foi por todos os presentes lida, aprovada e assinada, ficando autorizada a sua publicação com omissão das assinaturas dos presentes (artigo 130, §2º, da Lei nº 6.404/76). Acionistas: Carlos Wagner dos Santos e José Antônio Costardi dos Santos. São Paulo, 30/04/18. Carlos Wagner dos Santos - Presidente; José Antônio Costardi dos Santos - Secretário. Jucesp nº 256.573/18-9 em 30/05/2018. Flávia Regina Brito Gonçalves - Secretária Geral.

VIIV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS - SPE RIO PRETO 1 LTDA.

CNPJ/MF 15.322.942/0001-63

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Viiv Empreendimentos Imobiliários - SPE Rio Preto 1 Ltda, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF sob o número 15.322.942/0001-63, na qualidade de coproprietária do empreendimento FLORIDA PARK, localizado na cidade de São José do Rio Preto, São Paulo, resolve pelo presente Edital, NOTIFICAR os proprietários dos lotes abaixo relacionados, considerando que a tentativa de Notificação Extrajudicial promovida de forma pessoal restou infrutífera, estando os mesmos em local incerto e não sabido, para comparecer, no prazo impreritível de 15 (quinze) dias a partir da data de publicação deste edital, no endereço: Rua Santo André, 495, Jardim Europa, em São José do Rio Preto - São Paulo, tendo em vista a existência de pendências em relação ao mesmo. Assim, pela presente, ficam NOTIFICADOS na forma das Leis supracitadas em contrato, para que ninguém possa alegar ignorância, expedir-se esta notificação com o prazo de 15 dias. O não comparecimento e a consequente desconhecimento a esta notificação ensejará a aplicação das sanções legais com a rescisão do contrato de compra e venda firmado entre as partes, ficando eventuais valores de restituição a crédito dos proprietários.

NOME DO CLIENTE	RG	CPF	Quadra	Lote
Julio Cesar Salmazo da Silva	41.528.463	438.744.198-43	2	3
Leandro de Souza	42.599.486-7	354.425.848-00	4	17
Viviane Fabiana Pereira de Freitas	45.756.908-6	367.076.208-40	4	17
Alexandre Rosa	42.446.758	226.728.388-36	11	16
Vinicius Pereira de Jesus	40.404.5820	357.008.838-30	14	12

Triângulo do Sol Auto Estradas S.A.

CNPJ/MF nº 02.509.186/0001-34 - NIRE: 35.300.155.203

Ata de Reunião do Conselho de Administração em 14/11/2017

1. Data, Hora e Local: No dia 14/11/2017, às 13:00h, na sede da Triângulo do Sol Auto Estradas S.A. ("Companhia"), à Rua Marlene David dos Santos, 325, bairro Jardim Paraíso II, na cidade de Matão/SP. 2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação em razão da presença física ou por vídeo conferência da totalidade dos membros do Conselho de Administração. 3. Mesa: Presidente: Roberto Mengucci; Secretário: Filipe Poli da Silva. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre (i) a aprovação das informações contábeis intermediárias, referentes ao terceiro trimestre de 2017 a minuta do relatório de revisão dos auditores independentes; (ii) a emissão do relatório definitivo por parte dos auditores independentes. 5. Deliberações: As seguintes deliberações foram tomadas por unanimidade de votos e sem ressalvas: 5.1. Aprovar as demonstrações financeiras intermediárias contidas no relatório apresentado pela Diretoria, referentes ao terceiro trimestre de 2017, incluindo as notas explicativas e os comentários da administração sobre os resultados; 5.2. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.3. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.4. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.5. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.6. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.7. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.8. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.9. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.10. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.11. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.12. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.13. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.14. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.15. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.16. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.17. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.18. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.19. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.20. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.21. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.22. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.23. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.24. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.25. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.26. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.27. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.28. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.29. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.30. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.31. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.32. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.33. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.34. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.35. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.36. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.37. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.38. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.39. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.40. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.41. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.42. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.43. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.44. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.45. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.46. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.47. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.48. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.49. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.50. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.51. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.52. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.53. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.54. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.55. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.56. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.57. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.58. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.59. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.60. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.61. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.62. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.63. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.64. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.65. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.66. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.67. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.68. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.69. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.70. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.71. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.72. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.73. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.74. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.75. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.76. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.77. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.78. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.79. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.80. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.81. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.82. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.83. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.84. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.85. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.86. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.87. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.88. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.89. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.90. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.91. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.92. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.93. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.94. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.95. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.96. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.97. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.98. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.99. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.100. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.101. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.102. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.103. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.104. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.105. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.106. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.107. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.108. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.109. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.110. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.111. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.112. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.113. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.114. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.115. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.116. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.117. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.118. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.119. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.120. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.121. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.122. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.123. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.124. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.125. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.126. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.127. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.128. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.129. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.130. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.131. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.132. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.133. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.134. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.135. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.136. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.137. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.138. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.139. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.140. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.141. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.142. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.143. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.144. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.145. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.146. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.147. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.148. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.149. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.150. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.151. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.152. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.153. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.154. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.155. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte dos auditores independentes; 5.156. Atribuir o cargo de Diretor de Administração definitivo por parte

Metallif Solutions S.A.

(Companhia Aberta)
CNPJ/MF nº 04.821.041/0001-08 - NIRE 35.300.339.436
Código CVM 20613

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Metallif Solutions S.A. para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 29 de abril de 2019, às 11h00, na sede social, na Avenida Abrahão Gonçalves Braga, nº 412, km 12,5 da Via Anchieta, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) o relatório da administração e acerca das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; (ii) a proposta de destinação dos resultados do exercício de 2019; (iii) a eleição dos membros do Conselho de Administração; e (iv) a remuneração dos administradores para o exercício de 2019. Informações Gerais: Nos termos do artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, os acionistas deverão exibir documento de identidade e comprovante de depósito das ações da Companhia, emitido pela instituição financeira depositária, e poderão ser devidamente representados por mandatários, observadas as restrições legais, devendo o instrumento de procuração, atos societários e documentos que comprovem a regularidade da representação ser entregues na sede da Companhia (alc Departamento de Relações com Investidores) em até 48 horas antes da realização da Assembleia Geral. Nos termos do artigo 141 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 165/91, conforme alterada, acionistas representando pelo menos 5% do capital social votante da Companhia poderão, no prazo de até 48 horas antecedentes à realização da Assembleia Geral, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração. A Companhia informa que utilizará o processo de voto à distância, de acordo com a Instrução CVM nº 481/2009. Os acionistas que desejarem poderão optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da mencionada instrução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia. Todos os documentos e informações relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária encontram-se à disposição na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (www.metallif.com.br/), da CVM (www.cvm.gov.br/) e da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br/), na forma da legislação aplicável. São Paulo, 12 de abril de 2019. Marcelo Faria de Lima - Presidente do Conselho de Administração.

RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 02.958.301/0001-81 - NIRE 35.300.170563

Ata da 351ª Reunião de Diretoria

1. Data, Hora e Local: Aos 12 (doze) dias do mês de Novembro de 2018, às 17h, reuniu-se a Diretoria da Rio Parapanema Energia S.A. ("Companhia") na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 418, 2º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-060. II. Mesa: Sr. Vítor Hugo Lazzareschi, Presidente; Sr. Carlos Oscar Lellis Vieira, Secretário. III. Presença: maioria dos membros da Diretoria, Sr. Yingsheng Li, Sr. Vítor Hugo Lazzareschi, Sr. João Luis Campos da Rocha Calisto participando mediante manifestação antecipada por correio eletrônico, nos termos do artigo 23, §1º do Estatuto Social da Companhia. Presença ainda o Sr. Jarbas Barsanti, membro do Conselho Fiscal. IV. Ordem do Dia: exame, discussão e aprovação das Informações Trimestrais ("ITR") da Companhia, referentes ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2018, após revisão pela Auditoria Independente V. Decisões Tomadas: Prestados os esclarecimentos necessários, o Senhor Presidente da Mesa declarou regularmente instalada a reunião, tendo em vista o recebimento antecipado do voto, por correio eletrônico, do Diretor Sr. Yingsheng Li, nos termos do artigo 23, §1º do Estatuto Social da Companhia. Na sequência, os membros da Diretoria passaram a deliberar sobre o item da Ordem do Dia, a saber: Inicialmente, foram apresentadas aos Srs. Diretores, pelo controller da Companhia, Sr. Rodrigo Teixeira Egreja, após revisão da auditoria independente, as Informações Trimestrais da Companhia relativas ao terceiro trimestre de 2018. Após análise e discussão, os Srs. Diretores agradeceram a apresentação e, de forma unânime, manifestaram sua inteira concordância quanto aos números e documentos apresentados e esclareceram que os números reais estão dentro do esperado pela Diretoria, sem qualquer ressalva a fazer. Ao continuo, os Srs. Diretores recomendaram o encaminhamento destes documentos ao Conselho de Administração para aprovação e posterior publicação no sistema IPE, nos termos da legislação vigente. VI. Leitura e Encerramento dos Trabalhos: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente encerrou o trabalho a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, encerrou a reunião, determinando a lavratura desta ata, a qual lida e aprovada por todos os presentes assinada. São Paulo, 12 de novembro de 2018. Carlos Oscar Egreja Lellis Vieira - Secretário. JUCESP nº 184.021/19-4 em 03/04/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Hercules S.A. Fábrica de Talheres

Companhia Aberta
CNPJ nº 92.749.225/0001-63 - NIRE 35.303.403.419.53

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Hercules S.A. Fábrica de Talheres ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 29 de abril de 2019, às 12 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua do Paraíso, nº 148, 14º andar, conjunto 142 - sala 02, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04103-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I. Apreciar as contas dos administradores, aprovar, discutir e votar as demonstrações contábeis, relatório da administração e parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2018; II. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2018; III. Fixar o número de membros do Conselho de Administração; IV. Eleger os membros para compor o Conselho de Administração, nos termos do que dispõe o Estatuto Social da Companhia; e V. Fixar o montante da remuneração dos membros da Administração. Em conformidade com o disposto nas Instruções CVM nº 165/91 e 481/09, o percentual mínimo da participação do capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração é de 9% (nove por cento). Informações Gerais: 1. Os documentos e informações relacionados às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como, nos sites eletrônicos www.hercules.ind.br, www.cvm.gov.br e www.b3.com.br. 2. Os acionistas ou seus representantes habilitados deverão observar para participação na Assembleia ora convocada, o disposto no parágrafo 1º do Artigo 126 da Lei 6.404/76, cujo instrumento deverá ser depositado na sede social da Companhia com antecedência mínima de 3 (três) dias. São Paulo, 10 de abril de 2019. Michael Lenn Ceitlin. Presidente do Conselho de Administração.

YOSHIMURA S/A INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGROPECUÁRIA

CNPJ nº 60.500.287/0001-40 - NIRE 35300054717

Extrato da Ata de AGO realizada em 06 de março de 2019

Data, Hora e Local: 06/03/2019 às 10 horas, na sede social. Mesa: Presidente, Sr. Flávio Yui Yoshimura; Secretário, Sr. Keiti Sakate. Presença: Totalidade do Capital Social. Convocação: Dispensado o edital de convocação e aviso, conforme faculta a Lei. Deliberações: a) Aproveitamento do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2018; b) reeleição dos membros da Diretoria para o biênio 2019 e 2020 e fixação da verba global mensal de até 30 salários mínimos da região como honorários do Diretor Comercial o Sr. Keiti Sakate, para corrente exercício social, ficando a cargo dos membros da Diretoria, a fixação do "quantum" individual em reunião da Diretoria. Foi deliberado que o Prejuízo Líquido de R\$ 415.798,07 será compensado com a Reversão Dividendos a Distribuir da Empresa. Flávio Yui Yoshimura, Presidente da Mesa; Keiti Sakate, Secretário da Mesa. A Ata em seu inteiro teor foi registrada na JUCESP sob o número 0182.070/19-0, em 29/03/2019.

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 12/04/2019 07:25:27.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 30608201] - www.imprensaoficial.com.br

JGN Empreendimentos e Participações Ltda.

C.N.P.J. nº 05.413.663/0001-51 - NIRE 35217924335

Ata de Reunião dos Sócios, datada de 01 de Abril de 2019

Às 11h00 do dia 01 de abril de 2019, reuniram-se na sede social localizada na Travessa Humberto I, 103, Vila Mariana, São Paulo - SP, a totalidade dos sócios da JGN Empreendimentos e Participações Ltda., C.N.P.J. 05.413.663/0001-51, NIRE 35217924335 e nº 85.053/17-0 ("Sociedade"), a saber: (a) João Roberto dos Santos Ramos Guidugli, R.G. nº 20.025.640-3 SSP/SP, C.P.F. sob nº 213.066.078-92, representado por sua bastante procuradora, Sra. Neusa Vicente dos Santos Ramos, R.G. nº 3.951.947-8 SSP/SP, C.P.F. sob nº 901.917.600-00 e (b) João Henrique Guidugli, R.G. nº 18.717.720 SSP/SP, C.P.F. sob nº 205.372.408-02, representado por sua bastante procuradora, Sra. Neusa Vicente dos Santos Ramos, qualificada acima. Posta em discussão a ordem do dia, resolveram os mesmos, por unanimidade de votos, aprovar: (i) a redução do capital social da Sociedade, por ser excessivo em relação ao seu objeto, no montante de R\$ 820.000,00 passando o mesmo, portanto, de R\$ 3.200.320,00 para R\$ 2.380.320,00, mediante o cancelamento de 410.000 quotas representativas do capital social da Sociedade detidas pelo sócio João Roberto dos Santos Ramos Guidugli e outras 410.000 quotas representativas do capital social da Sociedade detidas pelo sócio João Henrique Guidugli; (ii) o pagamento da redução do capital social da Sociedade mediante a transferência de recursos aos sócios; (iii) a publicação da presente ata nos termos da lei, na versão resumida; (iv) a celebração, pelos sócios, do respectivo instrumento de alteração e consolidação do contrato social, formalizando e dando conta das deliberações acima sobre redução de capital, após o decurso do prazo legal; (v) o posterior registro da mencionada alteração do contrato social na JUCESP. Fica a Administração e procuradora autorizada a realizar os atos necessários à formalização da deliberação ora tomada e tudo o mais que se fizer necessário. Nada mais havendo a tratar, foi a reunião suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada pelos sócios, João Roberto dos Santos Ramos Guidugli - p.p. Neusa Vicente dos Santos Ramos; João Henrique Guidugli - p.p. Neusa Vicente dos Santos Ramos.

Unidas**Unidas S.A.**

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF 04.437.534/0001-30 - NIRE 35.3.00186281
Ata da Assembleia Geral Extraordinária
Realizada em 15 de Março de 2019

Data, Hora e Local: Realizada em 15 de março de 2019, às 10:00 horas, na sede social da Unidas S.A. ("Companhia"), na Rua Cincinco Braga nº 388, Bela Vista, CEP 01333-010, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Convocação e Presenças: Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. "Lei das Sociedades por Ações", em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. Mesa: Presidência da Assembleia Geral Extraordinária o Sr. Luis Fernando Memória Porto, tendo como secretário a Sra. Tagiane Gomide Guimarães. Ordem do Dia: Deliberar sobre a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia. Deliberações: Os acionistas da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, aprovaram a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir o aumento do capital social da Companhia em R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais). Desta forma o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, passará a vigor com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 1.152.238.884,35 (um bilhão, cento e cinquenta e dois milhões, duzentos e trinta e três mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 54.540.394 (cinquenta e quatro milhões, quinhentos e quarenta mil, trezentos e noventa e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal." A consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme aprovação referida neste acima, faz parte integrante da presente ata. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 15 de março de 2019. Presidente: Sr. Luis Fernando Memória Porto; Secretária: Sra. Tagiane Gomide Guimarães. Acionista: Companhia de Locação das Américas (p.p. Marco Túlio de Carvalho Oliveira e Luis Fernando Memória Porto). Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Tagiane Gomide Guimarães - Secretária. JUCESP nº 199.746/19-9 em 08/04/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral

Livelo S.A.

CNPJ 12.888.241/0001-06 - NIRE 35.300.396.847

Ata da Reunião da Diretoria Realizada em 6 de Março de 2019

Data, Horário e Local: Aos 06 dias do mês de março de 2019, às 15h, na sede social da Livelo S.A. ("Sociedade"), localizada na Cidade de Banerji, Estado de São Paulo, na Alameda Xinru, nº 512, 1º andar, Edifício "Comitê Evolution Corporate", Alphaville, CEP 06455-030. Composição da Mesa: Presidente: Alexandre Rapoport; Secretário: Vilson Fontoura da Silva. Presença: Totalidade dos membros da Diretoria. Convocação: Dispensada em razão da presença da totalidade dos membros. Ordem do Dia: Tomar conhecimento do pedido de renúncia de membro da Diretoria da Sociedade. Deliberação: Durante a reunião, os Diretores tomaram conhecimento do pedido de renúncia do Sr. Valério Zarro, ao cargo de Diretor sem Designação Específica da Sociedade, ocorrida nesta data em 6/3/2019, conforme carta de mesma data, dispensada sua transcrição, uma vez que será levada a registro juntamente com esta ata, para todos os efeitos. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. a) Mesa: Alexandre Rapoport - Presidente; Vilson Fontoura da Silva - Secretários. Diretores: Alexandre Rapoport - Diretor-Presidente e Esther Dalmás - Diretora. Certificamos que esta é a cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio da Sociedade. Alexandre Rapoport - Presidente da Mesa e Diretor-Presidente; Vilson Fontoura da Silva - Secretário da Mesa. JUCESP nº 182.851/19-9 em 11/4/2019, Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Banco Induscred de Investimento S/A

CNPJ 33.588.252/0001-32

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Ficam convocados os Srs. Acionistas do Banco Induscred de Investimento S/A para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se às 14:00 horas do dia 24 de abril de 2019, em sua sede social, nesta Capital, na Alameda Santos, nº 860, 18º andar, Conjunto 1900, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31/12/2018. São Paulo, 09 de abril de 2019. Antranik Kissajikian - Diretor Superintendente. (10, 11 e 12)

Fundação Butantan

CNPJ 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Abertura de Seleção de Fornecedores

PROCESSO: 001.0708.002.416/2018. EDITAL Nº 023/2019. MODALIDADE: Pregão Eletrônico Menor Preço. Considerando que houve incorreção na publicação do Pregão Eletrônico para Menor Preço nº 023/2019, publicada em DOE de 10/04/2019, pag. 41 e no Jornal do Estado de São Paulo de 10/04, Reterente a Ordem de Compra, faz-se necessária a retificação: ONDE SE LÊ: OFERTA DE COMPRA: 895000801002019OC00025. LEIA-SE: OFERTA DE COMPRA: 895000801002019OC00027.

Assembleia Geral - Convocação - Ficam as empresas consórcios ou grupos econômicos de Prestação de Serviços a Terceiros, colocação e Administração de Mão de Obra, que atuam na prestação de serviços da recepção, orientação, informação e atendimento, serviços de gestão abrangendo serviços integrados de adequação evolutiva, de operação, de apoio administrativo-operacional, manutenção para os postos do Poupartempo/DETRAN no Estado de São Paulo, associadas ao SINDEPRETEM - Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Leitura, Medição e entrega de consumo de luz, água e gás encanado; controle de acesso de portaria, promoção e merchandising, logística, Poupartempo/DETRAN, Bombeiros profissionais civis e Trabalho Temporário no Estado de São Paulo, convocadas a se reunirem em Assembleia Geral às 14h45, do dia 23/04/2019, no auditório do Sindepretem, localizado na Avenida São Luís, 258, 18º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: A) Outorga de Poderes a Diretoria Executiva do Sindepretem para negociar com o Sindicato Laboral (SINDEPRETES) a(s) Convenção(ões) Coletiva(s) de Trabalho 2019/2020 Poupartempo/DETRAN - Data base maio/2019 e/ou Anexos e Termos Aditivos, bem como, se necessário instaurar Dissídio Coletivo. B) Deliberar sobre a Contribuição Assistencial Patronal (artigo 33 inciso II do Estatuto Social), critérios e respectivos valores. Em cumprimento, aos preceitos estatutários, informamos: a) Artigo 14 - São direitos das empresas associadas (...); III - participar das Assembleias Gerais, com direito a voto, desde que seja respeitado o critério previsto no inciso I. Inciso I - votar, desde que a empresa seja associada por mais de 6 meses e que esteja rigorosamente em dia com os pagamentos das contribuições (...); b) Artigo 30 - §1º - A Assembleia Geral será instalada em 1ª convocação com a presença da maioria absoluta das associadas ao Sindicato, e em 2ª convocação com qualquer número de associadas ao Sindicato. Não havendo quórum do horário acima previsto, a Assembleia Geral será instalada em 2ª convocação às 15h com qualquer número de empresas associadas presentes. A referida Assembleia Geral ficará aberta até o final das negociações, com a entidade laboral. São Paulo, 11/04/2019. Vander Moraes - Presidente.

Assembleia Geral - Convocação - Ficam as empresas do segmento econômico de Prestação de Serviços a Terceiros SINDEPRETEM na área de Empresas Prestadoras de Serviços de Logística e Instituições Financeiras, nas instalações das prestadoras de serviços, com o objetivo de controle de acesso de portaria, promoção e merchandising, gerenciamento da cadeia de suprimentos, planejamento, implementação, controle de fluxo, armazenamento, matérias primas, materiais semi acabados, bem como informações a ele relativas no Estado de São Paulo, associadas ao SINDEPRETEM - Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Leitura, Medição e entrega de consumo de luz, água e gás encanado; controle de acesso de portaria, promoção e merchandising, logística, Poupartempo/DETRAN, Bombeiros profissionais civis e Trabalho Temporário no Estado de São Paulo, convocadas a se reunirem em Assembleia Geral às 13h45, do dia 23/04/2019, no auditório do Sindepretem, localizado na Avenida São Luís, 258, 18º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: A) Outorga de Poderes a Diretoria Executiva do Sindepretem para negociar com o Sindicato Laboral (SINDEPRETES) a(s) Convenção(ões) Coletiva(s) de Trabalho 2019/2020 LOGÍSTICA - Data base maio/2019 e/ou Anexos e Termos Aditivos, bem como, se necessário instaurar Dissídio Coletivo. B) Deliberar sobre a Contribuição Assistencial Patronal (artigo 33 inciso II do Estatuto Social), critérios e respectivos valores. Em cumprimento, aos preceitos estatutários, informamos: a) Artigo 14 - São direitos das empresas associadas (...); III - participar das Assembleias Gerais, com direito a voto, desde que seja respeitado o critério previsto no inciso I. Inciso I - votar, desde que a empresa seja associada por mais de 6 meses e que esteja rigorosamente em dia com os pagamentos das contribuições (...); b) Artigo 30 - §1º - A Assembleia Geral será instalada em 1ª convocação com a presença da maioria absoluta das associadas ao Sindicato, e em 2ª convocação com qualquer número de associadas ao Sindicato; c) Não havendo quórum do horário acima previsto, a Assembleia Geral será instalada em 2ª convocação às 15h com qualquer número de empresas associadas presentes. A referida Assembleia Geral ficará aberta até o final das negociações, com a entidade laboral. São Paulo, 11/04/2019. Vander Moraes - Presidente.

Assembleia Geral - Convocação - Ficam as empresas do segmento econômico representado pelas empresas de SINDEPRETEM prestação de serviço a terceiros; das empresas de colocação e administração de mão-de-obra; das empresas de trabalho temporário; das empresas prestadoras de serviços de entrega de documentos, volumes, máquinas eletrônicas, cartões magnéticos e de crédito e de valores-transporte, reeleição, alimentação e cesta básica; das empresas de administração e operação de pedágios e de terminais de transportes marítimos, ferroviários e rodoviários, inclusive operação de balsas; e das empresas de serviços gerais com predominância de mão-de-obra, nas instalações ou não do cliente, com base territorial no Estado de São Paulo associadas ao SINDEPRETEM - Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Leitura, Medição e entrega de consumo de luz, água e gás encanado; controle de acesso de portaria, promoção e merchandising, logística, Poupartempo/DETRAN, Bombeiros profissionais civis e Trabalho Temporário no Estado de São Paulo, convocadas a se reunirem em Assembleia Geral às 15h45, do dia 23/04/2019, no auditório do Sindepretem, a Avenida São Luís, 258, 18º andar a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: A) Outorga de Poderes a Diretoria Executiva do Sindepretem para negociar com o Sindicato Laboral (SINDEPRETES) a(s) Convenção(ões) Coletiva(s) de Trabalho 2019/2020 GERAL - Data base maio/2019 e/ou Anexos e Termos Aditivos, bem como, se necessário instaurar Dissídio Coletivo. B) Deliberar sobre a Contribuição Assistencial Patronal (artigo 33 inciso II do Estatuto Social), critérios e respectivos valores. Em cumprimento, aos preceitos estatutários, informamos: a) Artigo 14 - São direitos das empresas associadas (...); III - participar das Assembleias Gerais, com direito a voto, desde que seja respeitado o critério previsto no inciso I. Inciso I - votar, desde que a empresa seja associada por mais de 6 meses e que esteja rigorosamente em dia com os pagamentos das contribuições (...); b) Artigo 30 - §1º - A Assembleia Geral será instalada em 1ª convocação com a presença da maioria absoluta das associadas ao Sindicato, e em 2ª convocação com qualquer número de associadas ao Sindicato; c) Não havendo quórum do horário acima previsto, a Assembleia Geral será instalada em 2ª convocação às 16h com qualquer número de empresas associadas presentes. A referida Assembleia Geral ficará aberta até o final das negociações com a entidade laboral. São Paulo, 11/04/2019. Vander Moraes - Presidente.

CONSTRUCAP - CCPS -**ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A.**

CNPJ/MF nº 61.584.223/0001-38 - NIRE JUCESP 35.300.053.090

Ata de Reunião de Diretoria realizada no dia 13 de Fevereiro de 2019

Data, Hora e Local: 13 de fevereiro de 2019, às 10h00min horas no escritório comercial, situado na Avenida Doutor Ruy Cardoso, nº 8501, 32º andar, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP 05.425-070. Convocação: Dispensada a publicação da Convocação, face ao comparecimento da totalidade dos Diretores, que foram convocados pessoalmente, dentro do prazo fixado no Estatuto Social. Composição da Mesa: Presidente: Roberto Ribeiro Capobianco, Presidente e Júlio Capobianco Filho, Secretário. Ordem do Dia: Deliberar sobre a alteração de endereço da sede da Companhia. Deliberação: Foi votado unânime dos presentes decidiram pela alteração de endereço da sede da Companhia, situada na Avenida das Nações Unidas, nº 16500, 02º andar, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP 05.425-070, para a Avenida Doutor Ruy Cardoso, nº 8501, 32º andar, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, São Paulo - SP. CEP 05.425-070. Quórum: A totalidade da Diretoria, conforme assinatura no livro atas. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão e assinada a presente ata que lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Roberto Ribeiro Capobianco - Presidente da Mesa, Júlio Capobianco Filho - Secretário. Certificamos que esta é a cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio da Companhia. Roberto Ribeiro Capobianco - Presidente da Mesa e Diretor-Presidente; Júlio Capobianco Filho - Secretário da Mesa. JUCESP nº 165.810/19-9 em 20/03/2019, a qual encontra-se no site www.construcap.com.br

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SELO DE AUTENTICIDADE

010

RGC

RGC

11344
AUTENTICACAO
AU1024AG0515094

CONSTRUCAP - CCPS -**ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A.**

CNPJ/MF nº 61.584.223/0001-38 - NIRE 35.300.053.095

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de Abril de 2019

1. Data, Hora e Local de Realização: Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 29 de Abril de 2019, às 09h30, na sede da Companhia, rua Avenida Dr. Ruy Caspary, nº 1507, 32º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. 2. Publicações e Convocação: Edital de Convocação publicado nos dias 18, 19 e 23 de abril de 2019, no Diário Oficial Empresarial e no Jornal O Dia SP, respectivamente nas páginas 180, 69 e 90 do primeiro e 12, 12 e 16 dos seguintes. Publicação das Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício findo em 2018, nos Jornais Diário Oficial Empresarial (páginas de 201 a 215) e no Jornal O Dia SP (páginas de 17 a 18) e no Business Tower, nº 8507-32º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. 3. Presença: Acionistas e usufrutuário representando 700% (cem por cento) do capital social e votante, conforme Lista de Presença de Acionistas, anexa a esta Ata, e no Livro de Presença de Acionistas. O Sr. Júlio Capobianco, usufrutuário de ações da Companhia, foi representado por seu bastante procurador Geraldo Agosti Filho, conforme procuração em anexo Acionistas e usufrutuário ante denominados, em conjunto, "Acionistas". Presenças, também, os Diretores da Companhia, Roberto Ribeiro Capobianco e Júlio Capobianco Filho, e o Sr. Diego Bastos, representante do Auditor Independente da Companhia, BDO RCS Auditores Independentes, que ficou à disposição da Assembleia. 4. Mesa: Os Acionistas indicaram para presidir a mesa o Sr. Rodrigo R. Monteiro de Castro, o qual indicou, na forma do art. 19 do Estatuto da Companhia, o Sr. Júlio Capobianco Filho para secretariar a mesa. 5. Ordem do Dia: (I) Tomar conhecimento das Demonstrações Financeiras e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2018; (II) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (III) Fixar a remuneração Global dos membros do Conselho de Administração e dos membros da Diretoria, para o exercício de 2019. 6. Leitura de Documentos, Recebimentos de Votos e Lavratura da Ata: Foi dispensada a leitura ou transcrição dos documentos, declaração de voto em separado, assinadas, uma vez que foram publicadas e todos os Acionistas tinham conhecimento prévio de seu conteúdo, sendo que os mesmos se encontram à disposição dos interessados, ficando também arquivados na sede da Companhia, incluindo a recomendação de aprovação formulada pelo Conselho de Administração da Companhia, deliberada por unanimidade, na forma da ata de reunião realizada em 25 de março de 2019, e o Parecer dos Auditores Independentes. As declarações de votos, protestos e dissidências apresentadas foram recebidas, numeradas e autenticadas pelo Secretário da Mesa. Foi autorizada, ademais, a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação sem a assinatura dos acionistas, de acordo com o previsto nos §§ 1º e 2º do art. 130 da Lei das S.A. 7. Deliberações: Os Acionistas deliberaram, com abstenção dos legalmente impedidos, em relação às matérias em que a Lei os impede de votar, ficando as abstenções indicadas em cada caso, o seguinte: 7.1. Aprovar: (i) por maioria absoluta de votos a renovação dos membros do Conselho de Administração, Maria Lúcia Ribeiro Capobianco e Maria Lúcia Ribeiro Capobianco, representantes de 79,0451% do capital social total, depois de examinadas e discutidas, as contas dos Administradores. Os Acionistas João Paulo Ribeiro Capobianco, David Baptista da Silva Pares e Maria Cecília Ribeiro Capobianco, com votos representativos de 9,417% do capital social total, rejeitaram as contas dos Administradores e apresentaram, em separado, declaração de voto em separado, a qual foi recebida pela mesa da Assembleia. Roberto Ribeiro Capobianco e Júlio Capobianco Filho, titulares de ações representativas de 11,5378% do capital social, absteram-se de votar as suas contas; e (ii) por unanimidade, as Demonstrações Financeiras da Companhia, com as abstenções dos Acionistas João Paulo Ribeiro Capobianco, David Baptista da Silva Pares e Maria Cecília Ribeiro Capobianco, com votos representativos de 9,417% do capital social total, e apresentaram declaração de voto, a qual foi recebida pela mesa da Assembleia. 7.2. Aprovar, por unanimidade, a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e dos membros da Diretoria, para o exercício de 2019, no montante de R\$ 11.886.842,20 (onze milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta e dois reais e vinte centavos), correspondente a 70% do Lucro Líquido, no montante de R\$ 38.385.518,18 (trinta e oito milhões, trezentos e oitenta e seis mil, seiscentos e dez reais e dez centavos), sendo destinado para a conta Reserva de Lucros. 7.3. Aprovar, por maioria absoluta de votos, representativa de 90,5829% do Capital social total, a remuneração global de R\$ 868.224,00 (oitocentos e sessenta e oito mil, duzentos e vinte e quatro reais) para os membros do Conselho de Administração para o exercício de 2019. Voto em separado, os Acionistas Maria Cecília Ribeiro Capobianco, João Paulo Ribeiro Capobianco e David Baptista da Silva Pares, com votos representativos de 9,4170% do capital social total, e apresentaram declaração de voto, a qual foi recebida pela mesa da Assembleia. 7.4. Aprovar, por maioria absoluta de votos, representativa de 90,5829% do capital social total, a remuneração global dos membros da Diretoria, para o exercício de 2019, no montante de R\$ 11.886.842,20 (onze milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta e dois reais e vinte centavos), correspondente a 70% do Lucro Líquido, no montante de R\$ 38.385.518,18 (trinta e oito milhões, trezentos e oitenta e seis mil, seiscentos e dez reais e dez centavos), sendo destinado para a conta Reserva de Lucros. 7.5. Aprovar, por maioria absoluta de votos, representativa de 90,5829% do Capital social total, a remuneração global de R\$ 868.224,00 (oitocentos e sessenta e oito mil, duzentos e vinte e quatro reais) para os membros do Conselho de Administração para o exercício de 2019. Voto em separado, os Acionistas Maria Cecília Ribeiro Capobianco, João Paulo Ribeiro Capobianco e David Baptista da Silva Pares, com votos representativos de 9,4170% do capital social total, e apresentaram declaração de voto, a qual foi recebida pela mesa da Assembleia. 8. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, o Sr. Presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que, lida, conferida e aprovada, foi por todos os presentes assinada. 9. Documentos Arquivados: Ficam arquivados na sede da Companhia a Publicação ordenada pelo art. 133 da Lei 6.404/76, o Edital de Convocação, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, bem como as manifestações de voto apresentadas pelos acionistas, consolidadas em único instrumento. São Paulo, 29 de Abril de 2019. Rodrigo R. Monteiro de Castro - Presidente, Júlio Capobianco Filho - Secretário. JUCESP nº 245.412/19-0, em 08/05/2019.

Alper Consultoria**e Corretora de Seguros S.A.**

CNPJ/MF 11.721.921/0001-60 - NIRE 35.300.442.377

Ata Sumária de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de maio de 2019

1. Data, Hora e Local da Assembleia: no dia 17/05/2019, às 10:30h, na sede social da Companhia, localizada na Rua dos Seguros 23-A, "Companhia", na Rua Getúlio Sabino, nº 215, 13º andar, Pinheiros, SP.

2. Convocação e Presença: Edital de Convocação publicado nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, no DOESP, nas edições dos dias 09, 10 e 11/05/2019, páginas 229, 333 e 333, respectivamente, e no Valor Econômico de São Paulo nas edições dos dias 09, 10 e 11/05/2019, páginas 24, 68 e 68, em seguida convocação. Presenças acionistas representando 47,55% do capital social total e votante da Companhia, por meio do quórum legal de instalação, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. Presente, ainda, o Diretor da Companhia, Sr. Lucas Moreno Neves. Todos os documentos exigidos pela Lei nº 6.404/76 e pela Instrução CVM nº 481/09 com relação à matéria a ser deliberada nesta AGE foram disponibilizados aos acionistas da Companhia por ocasião da publicação do Edital de Convocação. 2. Mesa: Presidente: Lucas Moreno Neves; Secretário: Lorena Rizzini. 3. Ordem do Dia: Absorção do prejuízo acumulado por meio da utilização da totalidade das reservas de capital e parte do capital social da Companhia, conforme Proposta da Administração; 3.1. Absorção do prejuízo acumulado por meio da utilização da totalidade das reservas de capital e parte do capital social da Companhia, conforme Proposta da Administração divulgada em 09/05/2019; 3.2. Incorporação da subsidiária Capilano Corretora de Seguros de Vida Ltda. ("Capilano"); 3.2.1. Ratificação da nomeação da empresa especializada Tática Administrativa Independente S.S. CRC nº 250-032/2007-01, responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação a Valor Contábil do acervo patrimonial da Capilano a ser incorporado pela Companhia; 3.2.2. Aprovação do respectivo Laudo de Avaliação a Valor Contábil da Capilano; 3.2.3. Aprovação, em todos os seus termos e condições, do Protocolo e Justificação da Incorporação firmado pelas administrações da Companhia e da Capilano; 3.2.4. Aprovação da incorporação da Capilano pela Companhia, com a sua consequente extinção, sem aumento do capital social da Companhia; 3.2.5. Autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos necessários à efetivação da incorporação e regularização da situação perante os órgãos competentes; e 3.3. Alteração de 5 dispositivos do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhadas com marcas de revisão na Proposta da Administração divulgada ao mercado no dia 09/05/2019, para: 3.3.1. Conforme item 3.1, acima, alteração do capital social da Companhia, com a consequente modificação do artigo 5º do Estatuto Social; 3.3.2. Inclusão na composição da Diretoria de um Diretor Jurídico e de Compliance, com modificação do artigo 16, §1º, do Estatuto Social; 3.3.3. Inclusão da competência do Diretor Jurídico e de Compliance; 3.3.4. Inclusão de vedação expressa ao subestabelecimento de poderes outorgados conforme o caput do artigo 9º do Estatuto Social; 3.3.5. Ajustes formais e de redação no artigo 7º do Estatuto Social; e 3.3.6. Aprovação da consolidação do Estatuto Social da Companhia. 4. Registros Iniciais: Dando início aos trabalhos, (I) elegem-se, por unanimidade, o Sr. Lucas Moreno Neves como Presidente da Assembleia, que, por sua vez, indicou a Sra. Lorena Rizzini como Secretária, (II) dispensou-se a leitura do Edital de Convocação, da Proposta da Administração e dos demais documentos relacionados à matéria a ser deliberada nesta Assembleia Geral constantes da Proposta da Administração, os quais foram previamente divulgados pela Companhia e são do conhecimento dos acionistas; (III) autorizou-se a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, §§ 1º e 2º, da Lei 6.404/76; 5. Deliberações: após exame, discussão e aprovação da alteração proposta, os acionistas presentes deliberaram para: 5.1. Aprovar, por unanimidade de votos dos presentes, a absorção do prejuízo acumulado por meio da utilização da totalidade das reservas de capital e parte do capital social da Companhia, que terá o valor de R\$ 160.521.356,63; 5.2. Aprovar, por unanimidade de votos dos presentes, a incorporação da subsidiária Capilano Corretora de Seguros de Vida Ltda. ("Capilano"); 5.2.1. Ratificar da nomeação da empresa especializada Tática Administrativa Independente S.S. CRC nº 250-032/2007-01 e no CNPJ/MF nº 20.840.718/0001-01, responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação a Valor Contábil do acervo patrimonial da Capilano a ser incorporado pela Companhia; 5.2.2. Aprovar o respectivo Laudo de Avaliação a Valor Contábil da Capilano; 5.2.3. Aprovar, em todos os seus termos e condições, do Protocolo e Justificação da Incorporação firmado pelas administrações da Companhia e da Capilano; 5.2.4. Aprovar a incorporação da Capilano pela Companhia, com a sua consequente extinção, sem aumento do capital social da Companhia; e 5.2.5. Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação da incorporação e regularização da situação perante os órgãos competentes; e 5.2.6. Aprovar, por unanimidade de votos dos presentes, a alteração de 5 dispositivos do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhadas com marcas de revisão na Proposta da Administração divulgada ao mercado no dia 09/05/2019, para: 5.3.1. Conforme item 3.1, acima, alteração do capital social da Companhia, com a consequente modificação do artigo 5º do Estatuto Social; 5.3.2. Inclusão na composição da Diretoria de um Diretor Jurídico e de Compliance, com modificação do artigo 16, §1º, do Estatuto Social; 5.3.3. Incluir da competência do Diretor Jurídico e de Compliance; 5.3.4. Incluir de vedação expressa ao subestabelecimento de poderes outorgados conforme o caput do artigo 9º do Estatuto Social; 5.3.5. Realizar ajustes formais e de redação no artigo 7º do Estatuto Social; e 5.4. Aprovar, por unanimidade de votos dos presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia. 6. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada pela totalidade dos presentes: Rio Verde Consultoria e Participações Ltda., Platinium FIA, Brasil Capital Master Fundo de Investimento em Ações, Brasil Capital Prev. I Master Fundo de Investimento em Ações, Antonio Luiz Joaquim Sallene Azevedo, Antonio Luiz Joaquim Sallene Azevedo Junior, Mario Jorge Santos de Azevedo, Luiz Roberto Mesquita de Sales Oliveira, Antonio Henrique Botencourt Cunha Bueno, Almond Tree Ltd. SP, 17/05/2019. Mesa: Lucas Moreno Neves - Presidente; Lorena Rizzini de Leoni Corral Peres - Secretária. Auditores Independentes da Companhia: Aderbal Affonso Hoppe.

PORTO SEGURO S.A.

Companhia Aberta - CVM nº 01665-9 CNPJ/MF 02.149.205/0001-69 - NIRE 35.3.00156.66

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 29 de Março de 2019

Aos 29 dias do mês de Março de 2019, às 15h, na sede social, na Rua do Estado de São Paulo, nº 1663, 9º andar, Jardim Paulista, CEP 01215-012, reuniram-se todos os membros do Conselho S.A. ("Companhia"), infra-assinados, me previsto no artigo 17, §1º do Estatuto Social e no artigo 17, §1º do Estatuto Social e no artigo 17, §1º do Estatuto Social e no artigo 17, §1º do Estatuto Social.

1. Mesa: Presidente: Sr. Jaime Brasil Garfinkel, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.380.778-0 SSP, 641.284.587-91; (ii) Diretor Geral - FID: Sr. Carlos Roberto Agosti, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (iii) Diretor de Operações - Sr. Marcelo Barroso Picanço, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (iv) Diretor de Relações com Investidores - Sr. Lúcia Ribeiro Capobianco, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (v) Diretor de Compliance - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (vi) Diretor de Contabilidade - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (vii) Diretor de Recursos Humanos - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (viii) Diretor de Marketing - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (ix) Diretor de Jurídico - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (x) Diretor de Tecnologia da Informação - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xi) Diretor de Meio Ambiente - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xii) Diretor de Segurança - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xiii) Diretor de Qualidade - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xiv) Diretor de Governança - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xv) Diretor de Inovação - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xvi) Diretor de Sustentabilidade - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xvii) Diretor de Comunicação - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xviii) Diretor de Assessoria - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xix) Diretor de Treinamento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xx) Diretor de Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xxi) Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xxii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xxiii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xxiv) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xxv) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xxvi) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xxvii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xxviii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xxix) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xxx) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xxxi) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xxxii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xxxiii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xxxiv) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xxxv) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xxxvi) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xxxvii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xxxviii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xxxix) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xl) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xli) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xliiii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xliv) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlv) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlvi) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlvii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlviii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlvix) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xli) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xliiii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xliv) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlv) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlvii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlviii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlix) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xli) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xliiii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xliv) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlv) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlvii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlviii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlix) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xli) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xliiii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xliv) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlv) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlvii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlviii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlix) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xli) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xliiii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xliv) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlv) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlvii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlviii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlix) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xli) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xliiii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xliv) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlv) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlvii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlviii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlix) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xli) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xliiii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xliv) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlv) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlvii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlviii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlix) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xli) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xliiii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xliv) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlv) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlvii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlviii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlix) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xli) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xliiii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xliv) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlv) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlvii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlviii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlix) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xli) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xliiii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xliv) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlv) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.0 sob nº 07.945.318-03; (xlvii) Diretor de Inovação e Desenvolvimento - Sr. Roberto Ribeiro Capobianco, brasileiro, casado, portador da Cédula de

Colégio Notarial
do Brasil
São Paulo
111344
AUTENTICAÇÃO
024AG0515990

014

São Paulo, 15 de dezembro de 2020.

Ao**Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio)****Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 1/2020, destinada à CONCESSÃO para revitalização, modernização, operação, manutenção e gestão de Áreas dos PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA SERRA E SERRA GERAL.****TERMO DE ENCERRAMENTO**

CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A, INSCRITA NO CNPJ Nº. 61.584.223/0001-38, DECLARA ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE LEGAL, QUE O PROPOSTA ECONÔMICA DA PRESENTE PASTA, ESTÁ NUMERADO SEQUENCIALMENTE DE **001** A 014.

**CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A.**

Francisco Campos Junior

RG 16.688.283-5 SSP/SP

CPF 075.373.478-83

**CONSTRUCAP**ESCRITÓRIO CENTRAL: AV. DRA. RUTH CARDOSO, 8.501 - 32º ANDAR - CEP 05425-070
PINHEIROS - SÃO PAULO - SP - FONE (11) 3017-8000 - FAX (11) 3258-1047